Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 20 de dezembro de 2021

Ata N.º 03

No dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO DOIS – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026

PONTO TRÊS – Mapa de Pessoal para o ano de 2022 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO QUATRO – Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias do concelho de Palmela

PONTO CINCO – Acordos de Execução e Contrato Interadministrativos estabelecidos com as Juntas de Freguesia e a União das Freguesias – Prorrogação

PONTO SEIS – Contrato-Programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.

PONTO SETE – Revogação do Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal (PP) e Declaração de Caducidade do Regulamento do Fundo de Compensação do Plano de Pormenor

PONTO OITO – Indicação dos representantes das juntas de freguesia na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Incêndios Rurais

PONTO NOVE – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura:
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;

- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. João Miguel Marques da Costa;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra;
- Sr. Emanuel António Zambujo Boieiro.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD)

- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Patrícia Alexandra da Silva Caixinha do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques,** que se encontra presente
- **Sr. Colin Michael Mateus Marques do PPD/PSD**, justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra**, que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Emanuel António Zambujo Boieiro,** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS, a Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra, Sr. Emanuel António Zambujo Boieiro do PPD/PSD,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Escusado será dizer que os pontos da ordem de trabalhos são muitos, e que há aqui uma serie de aspetos que teremos que tentar ser rápidos, mas cabe-vos unicamente, tentar que isso aconteça, vou deixar isso à consideração das diferentes bancadas.

Feita a chamada, cumpre-me agradecer a presença de todos.

Boa noite a todos e todas, bem-vindos a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Palmela.

Saudar-vos, saudar o Sr. Presidente de Câmara, Srs. e Sras. Vereadoras, o público que nos segue em casa, os técnicos que estão ao serviço do município e o público que está aqui presente, hoje não temos jornalistas.

No edital referia que a participação do público será limitada e sujeita a inscrição prévia, até dia dezassete de dezembro junto dos serviços de apoio à Assembleia Municipal.

Não houve nenhum pedido, todavia havendo público na sala, se alguém quiser fazer alguma intervenção eu estarei disponível para isso.

Período de Intervenção dos Munícipes

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Mesa:

"Temos cinco moções, votos de pesar, saudações, pedia-vos aquilo que for possível de redução de leitura, mas vamos começar pela ordem em que entraram na mesa, e por isso avançar-se-ia numa primeira fase para a moção da bancada da CDU."

Moção CDU "Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres"

Tomou a palavra a **Sra. Andreia Sofia Dias Bento** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Andreia Bento.

Para intervir sobre esta moção?

Patrícia Caixinha, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Permita-me na sua pessoa, cumprimentar todos e todas aqui fisicamente e quem nos acompanha online.

Relativamente a esta moção e atendendo a importância que o combate e de todas as formas de violência contra as mulheres, se reveste a bancada do Partido Socialista, acompanha o documento que foi apresentado. No entanto e relativamente ao terceiro parágrafo, da página dois, que não se fique com a ideia que não se tem feito nada sobre este tema, é por isso que gostaria de relembrar a importante "*Resolução do Concelho de Ministros nº 139/2019*", que aprovou medidas extraordinárias de prevenção e combate à violência doméstica nomeadamente o aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção da vitima nas setenta e duas horas subsequentes à apresentação de queixa, e essa mesma resolução serviu de base para as novas ferramentas e serviços criados no âmbito da política pública nacional, na prevenção e combate efetivo a violência doméstica.

De referir também o "*I Fórum contra a Violência em Portugal*" promovida pela Secretaria de Estado para a igualdade a "*CIG-Cidadania e Igualdade de Género*", e com a colaboração de diversas associações na luta contra as mulheres, destacando-se a "*APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*" e a "*UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta*", entre outras.

Momentos que serviram para assinalar "*Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres",* em novembro deste ano, há de facto ainda um longo caminho a percorrer, no entanto esse caminho está a ser trilhado e diversas campanhas foram efetuadas também nas escolas a nível nacional e inclusive sobre a violência no namoro.

Dado tratar-se mais de uma questão social de um crime e que deve por isso mobilizar todas e todos para conseguir alcançar uma efetiva eliminação deste tipo de violência.

A Bancada do Partido Socialista obviamente que irá acompanhar este documento.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais intervenções?

Não havendo mais intervenções votamos.

Permitam-me fazer na alínea f) em vez de: "*adote programas*" é "*adotar programas*" em função da linha condutora com que toda a proposta está feita, "*adotar programas específicos que assegurem*".

Muito bem, votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com trinta votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e dois do CH) e uma abstenção do BE.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"A segunda moção que nos chegou, foi a da CDU, também, moção pela "reposição das freguesias", nós temos aqui genericamente uma combinação que é tentar fazer chegar as moções em tempo útil, para conseguirmos depois de distribuir todas as moções em tempo também útil por todos, mas para passarmos a CDU, foi a segunda que também nos chegou, mas já lá vamos.

Voto de pesar do PSD de *"Maria Neves Vale Cipriano de Matos."*

Voto de Pesar PPD/PSD "*Maria Neves Vale Cipriano de Matos."*

Tomou a palavra o **Sr. Colin Michael Mateus Marques** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Colin Marques.

Alguma intervenção sobre este voto de pesar? Não?

Então votamos."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à Moção pela Reposição das freguesias, dou a palavra de novo à CDU."

Moção CDU "Pela Reposição das Freguesias."

Tomou a palavra a **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente da União de Freguesias Poceirão e Marateca.

Quem quer intervir sobre esta moção?

Jorge Mares, Partido Socialista."

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"Boa noite Sr. Presidente da mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caros e caras colegas, público, comunicação social, boa noite a todos.

Naturalmente que esta moção vem ao encontro daquilo que nós Socialistas aqui de Palmela, sempre defendemos, foi a reposição das freguesias, por isso vamos votar favoravelmente esta moção e achamos que de facto houve algumas questões no percurso que não correram muito bem, e que em minha opinião, isto é de facto uma vontade expressa das populações, inclusivamente faz parte do Programa do Partido Socialista, e do Programa do Governo, mas efetivamente vai ao encontro daquilo que nós Socialistas do concelho de Palmela, temos defendendo ao longo destes anos todos, vai ao encontro de todos nós que é a reposição das freguesias, porque não faz sentido, há uma razão histórica que é o caso de Marateca, tem quinhentos anos, é uma freguesia mãe do nosso concelho, a par com a freguesia de Palmela, a chamada "São Pedro da Marateca", há uma razão de fundo histórica e há uma razão de fundo histórica também da freguesia de Poceirão, porque foi já com trinta e três anos, penso que foi constituída em mil novecentos e oitenta e oito, tem trinta e três anos, é uma freguesia recente, tem dado uma dinâmica muito grande ao concelho de Palmela, conseguiu-se melhorar em função disso as condições de vida dessas populações.

Eu na altura, fiz parte da Comissão Administrativa da Freguesia do Poceirão, eu era Presidente de Junta de Palmela, e Palmela foi desanexada da zona de Cajados e de Aldeia Nova da Aroeira, e em função disso valeu a pena essa luta, onde fiz parte, foi uma luta desenvolvida a partir da Câmara Municipal, estive ao lado das populações e acho que faz todo o sentido o Partido Socialista assumir isto, também como uma bandeira sua, porque é importante também, as dinâmicas locais, para a proteção e desenvolvimento destas duas localidades que no fundo isto é metade do Concelho de Palmela, são cinquenta por cento, grande parte dispersa-se por muitas localidades, é um concelho muito disperso portanto, efetivamente o Partido Socialista defendeu isto e deve continuar a defender esta bandeira, que é a reorganização do nosso território e a reposição das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Disse, e votaremos a favor."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela.

Carlos Vitorino PPD/PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPS/PSD:**

"Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimentando todos os presentes, uma saudação também para aqueles que nos seguem remotamente.

Só referir que, estas moções são recorrentes na Assembleia Municipal de Palmela, derivam apenas de uma situação, é que em todos estes anos, desde que o Partido Socialista e a maioria que o suporta na Assembleia da República, lá estão não fizeram nada, senão seis anos depois não estávamos aqui novamente com mais uma moção de algo que tiveram mais que oportunidade durante todos estes anos de reverter.

É evidente que, quando foi feita a lei e já expressei várias vezes essa opinião, a mesma deveria de ter tido em conta a questão da dimensão territorial dos municípios e isso não foi feito, foi isso aliás que levou com que concelhos com a nossa dimensão ou maior, o caso de Alcácer do Sal é paradigmático tivessem a necessidade de reduzir freguesias em localidades com alguma dispersão, ao mesmo tempo que concelhos que tinham mais a norte com vinte, trinta, oitenta freguesias, vissem as mesmas reduzidas, mas que continuassem com o número elevado das mesmas.

Aqui o que está em causa é, realizar de algo, que já poderia ter feito há muito tempo, por isso vou-me abster relativamente à moção, tendo, no entanto, a perceção de que a necessidade e a legitimidade e eventual reposição da Freguesia de Poceirão e da Freguesia de Marateca, tem razão de ser, e que deve de ser objeto de ponderação, de estudo e de deliberação.

Agora, voltarmos particamente a mais do mesmo, ciclicamente, mais a mais numa altura em que se manda para o grupo parlamentar de uma Assembleia, que os senhores todos juntos dissolveram é que não nos parece fazer sentido, é mais por ser extemporânea.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

CDU, Carlos Almeida."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, cumprimento em si todos os membros da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, cumprimento em si todo o executivo municipal, o público que está connosco e aquele que em casa nos acompanha e a comunicação social se já estiver connosco.

Seremos muito breves nesta intervenção, até porque o assunto em si já é capaz de nos transmitir toda a dimensão daquilo que é fundamental dizer. O PSD nesta matéria, os partidos que na altura avançaram com a transformação completa naquilo que era o mapa das freguesias de Portugal apontam com muita frequência para a questão dos médicos, isto é, não foi resolvida a situação por forças politicas que defendem ou exteriorizam frequentemente a sua oposição aquilo que aconteceu às freguesias, esquecendo que o problema não está nos médicos, o problema está na doença, o problema está em perceber e compreender quem é que agiu neste sentido, e quando se fala tanto e se enchem páginas dos jornais, e da comunicação social, cada vez que há um ato eleitoral e se descobre que continua que persiste a questão da abstenção e que ela até tem tendência para avolumar, assumem uma realidade que é absolutamente incontrolável, é que das quase duas mil freguesias que desapareceram se nós a cada uma delas, retirarmos três eleitos que no mínimo, que não são, sãos mais em média para constituírem o executivo de freguesia, se retirarmos nove que não são, em

média que não são, são mais, os eleitos dos órgãos deliberativos da junta de freguesia percebemos que cerca de vinte mil mandatos foram eliminados neste país, vinte mil mandatos de proximidade e estamos à vontade para dizer porque não eram com certeza a esmagadora maioria da CDU.

Mas eram eleitos que vestiam a camisola do Poder Local, que honravam o seu mandato, que eram conhecidos e prestigiados junto das populações, e foi essa riqueza democrática que foi eliminada, esta é a doença o problema não está no médico, o problema está na doença e é preciso resolver também.

Muito obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado Carlos Almeida.

Vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesmo aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP e um BE), três abstenções do PPD/PSD e dois votos contra do CH.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos à moção da CDU do "Dia Internacional para a Eliminação da Violência sobre as Mulheres"

Apresentada também pelo PSD, não sei se querem prescindir da que já foi apresentada, se querem continuar, deixo ao vosso critério é uma questão de tempo, só, mais nada, teremos muito gosto em ouvir a Teresa Joaquim."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PSD:**

"Boa noite, Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes, funcionários da autarquia, comunicação social e colegas das diferentes, forças política.

Acho que não há necessidade de estarmos novamente a bater neste tema importantíssimo que é, alertar aqui que é quase um complemento aquilo que foi dito na Moção da CDU, porque no fundo tem a questão dos números que dão uma visibilidade a uma ideia crítica mais concreta, sobre o que é isto da violência contra as mulheres.

Em termos concretos o que é que se tem passado o que é que se passou no dia quinze de novembro com a quantidade de mulheres que já faleceram a este problema.

Tenho dito."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado.

Intervenções sobre esta Saudação? Não?

Estará em ata esta Saudação que não é votada."

Voto de Pesar do Partido Socialista de "Tito Rosa Monteiro."

<u>Voto de Pesar PS "Tito Rosa Monteiro.</u>"

Tomou a palavra o **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre o Voto De Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Bem, sobre este Voto de Pesar alguma intervenção?

Não havendo, há alguma objeção, que o Jorge Mares faça um parágrafo não tendo mais de três linhas, sobre as que aqui foram referidas? Muito bem.

Então votamos."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do Chega, e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Vamos aos votos de felicitação.

Dou a palavra ao PSD."

Votos de Felicitação PPD/PSD "Às Associações e Organizações do Concelho de Palmela que comemoram o seu aniversário de atividade no último trimestre de 2021."

Tomou a palavra a **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim** para apresentar os Votos de Felicitação, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre os Votos de Felicitação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Teresa Joaquim.

Sobre os votos de felicitações alguma bancada se quer prenunciar?

CDU, Joaquim Pires se faz favor."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Sr. Presidente, não seja mal interpretado aquilo que vou dizer, antes de mais boa noite a todos que se encontram aqui, e lá em casa que nos estão a ver e comunicação social.

É simpático, esta lista de votos de felicitação, nós iremos votar favoravelmente, apenas umas notas não me levem a mal o que vou dizer, a Casa do Benfica um clube muito importante, é verdade, mas o Sporting também não deixa de estar nas mesmas circunstâncias, é um clube grande, é um clube importante, que até está bem este ano, tão bem como o Benfica, só estranhar o porquê da exclusão do Sporting Clube de Portugal, não é que eu seja sportinguista ferranho, mas pronto."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Joaquim Pires, muito obrigado.

Alguma intervenção, mais?

Carlos Vitorino, do PPS/PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Bem, eu penso que sou suspeito, mas na elaboração do documento foi a data das instituições que ocorreram durante estes períodos, portanto não estar aí quer dizer que não fez o aniversário durante este período, mais inclusivamente havia uma falha no site relativamente ao Centro Social de Palmela e o Sr. Vereador Carlos de Sousa, até fez a amabilidade de nos indicar esta data e acrescentamos a tempo nos votos, é apenas por isso, até porque "*Só Eu Sei, Porque É Que, Não fico em Casa.*"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

António Mestre, CDU."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Sr. Presidente, em si cumprimento todos os presentes, aqueles que aqui estão e que partilham esta sessão connosco e aqueles que por via online assistem a esta sessão.

Era só uma pequena correção, se futuramente continuarmos com as felicitações era só porque no dia doze de novembro, quem fez anos foi o "Teatro Estranhamente Louco e Absurdo", não extremamente".

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Votamos?"

Submetido o Votos de Felicitação a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do Chega, e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Estamos ainda no período antes da ordem do dia.

Alguma intervenção neste período?

Pedro Biu, Partido Socialista."

O **Sr. Pedro Biu do PS:**

"Boa noite Sr. Presidente da mesa, cumprimento todos os presentes através da sua pessoa.

Queria só falar aqui de quatro temas muito rápidos, o primeiro tem a ver com uma situação que referiu na legislatura do ano passado, aqueles painéis que estão nos miradouros de Palmela conheço melhor porque é cá que habito, no ano passado referi que os painéis estavam degradados e que mereciam ser alvo de uma melhoria e que recordo que foi dito que a Câmara estava a estudar essa hipótese, gostava de saber se

avançou alguma coisa ou não, eu o que vi no miradouro recentemente não me parece, quero dar aqui o alerta.

Segundo tema, tem que ver com a retirada no largo D. Maria, aqui em frente ao "*Retiro Azul*" e ao *"BPI",* felizmente já foi retirado aquele destroço que já tinha ardido e quem não é da Vila e eu falo disto porque assisti a isto e pode ser uma questão de segurança, quem não é da Vila e num domingo à tarde eu vi alguém descer a rua Augusto Cardoso e seguir em frente, porque de facto não há nenhuma indicação há um sinal de sentido proibido mas está no fim da rua e acho que esse sinal de sentido proibido devia de vir para o inicio desse passeio porque quem não conhece, não sabe eu vi alguém ir em frente e ficou virado ao contrário na avenida eu chamei a atenção, mas fica a nota que se calhar o sinal de sentido proibido podia ser antecipado para chamar mais a atenção.

Outra situação, no cruzamento ali na Lagoinha da estrada de Palmela e que vai para a Moita onde há uma bomba de gasolina da "*BP*", faço a publicidade, no lado contrário foram feitos ali quem vem da Rua Marechal Gomes da Costa, para entrar na nacional foi feita ali uma separação na Rua da Sociedade, um pequenino troço onde puseram uns blocos de cimento com um metro de altura que tapa completamente a visibilidade de quem tem que entrar. Percebo que se queira separar a estrada não sei se de facto a solução tenha sido a melhor os blocos de cimento se alguém embater contra eles penso que poderá haver situações mais agradáveis canteiro qualquer coisa sobretudo que não tape a visibilidade de facto torna-se impossível de ver quem vem do lado direito.

Por fim, felicitar algo que foi bem feito que é o novo caminho para a Estação de Comboios da Venda do Alcaide, de facto uso todos os dias, permite não ter que entrar na vila e fazer o caminho para chegar à estação, está muito mal sinalizado a estrada é nova penso que se chama ou chamava-se Av. Humberto Delgado, nome simpático mas não há no chão nenhuma marcação porque há ali duas faixas uma sinalética para dizer que vai para a Estação de Comboios de Venda do Alcaide, não sei se isto compete à Câmara pelo menos fica o alerta se puderem fazer alguma coisa no Instituto das Estradas acho importante porque de facto o acesso é muito bom para quem vai, para quem vem da Venda do Alcaide para a estação ou de Palmela para a estação falta ali alguma sinalização.

Muito obrigado, tenho dito."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado.

Mais inscrições?

Vamos ao MCCP, se faz favor, Inês Garcia."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Muito obrigada, boa noite a todos os presentes.

Pegando um bocadinho naquilo que o Pedro Biu falou e também visto que sou residente em Palmela, tenho-me deparado já há bastante tempo na selvajaria que é o estacionamento em Palmela, o estacionamento em cima de passadeiras, em cima de cruzamentos. Para fazermos um atravessamento da rua temos que nos colocar a meio da passadeira já no meio da via, para podermos ver se veem carros ou não. Como muitos saberão eu ando de bicicleta e não fosse eu andar de bicicleta já tinha atropelado várias pessoas, o que é bom é que eu vou de bicicleta muito devagarinho porque vou a subir, consigo ver as pessoas e consigo aperceber-me e é por isso que estou a dizer isto para chamar a atenção. Eu consigo perceber que as pessoas têm que se meter no meio da faixa para poderem ver, porque não têm visibilidade, supostamente existe uma linha antes da passadeira e os carros têm que estacionar cinco carros antes e os carros estacionam em cima da passadeira, isto é perigosíssimo, nós temos crianças a circular a pé "*Graças a Deus*" que ainda temos pessoas a circular a pé em Palmela e nós queremos que as nossas crianças que circulem com segurança

desde casa até às escolas que os pais não tenham que ter o coração nas mãos porque as crianças andem na rua.

Por causa destes maus estacionamentos também telefonei para a GNR, para pedir que viessem multar os carros e que me informaram a Câmara Municipal de Palmela ainda não tinha procedido aos procedimentos necessários para que eles pudessem multar devido ao sistema de referências de multibanco. E eu gostava de questionar ponto número um; o que é que está a ser feito para controlar este estacionamento abusivo e se esta informação for verdadeira o que é que se pode ser feito para ser resolvido. Muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, ficou a pergunta.

Patrícia Valente, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Valente do PS:**

"Muito obrigada, em primeiro lugar queria cumprimentar todos/as e os/as presentes.

Apenas quero fazer um pequeno apontamento acerca de assuntos relacionados com a Assembleia Municipal e com o funcionamento da mesma para o futuro.

Em primeiro lugar eu gostaria de propor que pudéssemos utilizar o projetor durante as nossas intervenções para nos auxiliar nas mesmas, mostrando tabelas, imagens, moções e outros documentos que seja necessário mostrar à Assembleia Municipal e também que possamos utilizar esta ferramenta utilizar menos papel físico fazendo menos fotocopias utilizando a ferramenta que já existe.

Em segundo lugar gostaria também de deixar aqui uma outra questão para pensarmos no futuro à implementação de legendas e de tradução para língua gestual das reuniões de Câmara e também das Sessões desta Assembleia Municipal, estamos a falar de inclusão e este é um assunto que não pode falhar daqui para a frente é um assunto muito importante que devemos pensar, porque uma questão de inclusão, de evolução é um ponto bastante importante que carece a nossa atenção e é só isso."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma inscrição?

Colin, se faz favor."

O **Sr. Colin Marques do PPS/PSD:**

"Vou tentar ser circunscrito, porque se não, só saímos daqui lá para as duas da manhã…"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Vocês é que sabem."

O **Sr. Colin Marques do PPS/PSD:**

"De qualquer das maneiras queria só fazer duas perguntas. Uma no Castelo, permita-me que reconheça efetivamente a circulação agora acessível ficou bem conseguida, gostei bastante de presenciar. O que me deixou estranho onde é que para o "Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEsOS)", deixou de

estar no Castelo, perguntei aos funcionários ninguém sabe, até pareceu algum embaraço a minha pergunta que era o mais parecido que nós podíamos ter com uma espécie de um centro impetrativo no Castelo.

O meu objetivo é tentar saber a "*Torre Cottinelli*" vai integrar o espólio do Museu, sei o que é que se passa eu só queria saber onde também já agora relativamente ao museu ferroviário o meu objetivo é saber se a torre também vai fazer parte do museu ou vai continuar ao abandono onde se encontra neste momento. Era só isto."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

João Costa, Partido Socialista."

O **Sr. João Costa do PS:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, boa noite a todos, cumprimento a mesa, o Sr. Presidente da Câmara, restantes membros do executivo, todos os colegas de Assembleia e todos os que acompanham esta reunião e agradecendo ao Sr. Presidente as boas festas que encontramos na mesa e retribuindo estes votos a todos.

Queria apenas deixar uma sugestão muito rapidamente, que diz respeito à forma como recebemos os documentos para a Assembleia Municipal, não à forma como recebemos, mas ao formato como recebemos. Seria útil para um bom tratamento dos documentos não recebermos apenas digitalizações em modo fotográfico, mas os PDF's que nos permitem fazer pesquisas, anotações etc. penso que teríamos todos a ganhar do bom tratamento que poderíamos dar aos documentos dessa forma. Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Teresa Marta, PPD/PSD."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

"Tinha mais pontos, mas devido adiantado da hora vou ser mais sucinta e questionar o Sr. Presidente, já é um tema recorrente e eu não quero parecer que isto é uma situação de estar a abordar constantemente esta temática, mas efetivamente e falo pelo Pinhal Novo, nós começamos a ter um problema algo sério em relação ao lixo que se acumula nos contentores nomeadamente a última vez que reparei até fiz umas fotografias junto à Escola Secundária a lateral da Escola Secundária de Pinhal Novo, há zonas mesmo no Centro Histórico de Pinhal Novo, muito mal tratadas a esse nível, olhe não sei "*Ao mar não salga, aos peixes não se deixam salgar"* é importante olharmos para este tema até porque depois a mim cria-me alguma dissonância quando leio nos caixotes de lixo "*Palmela tem bom ambiente*" cria aqui contrassenso facilmente poderá ser olhado de outra forma e resolvido.

Depois o estado de conservação do viaduto da Rua António Sérgio, a sinalização horizontal de facto já está muito pouco visível e o pavimento já tem aberta uma fenda onde nasce relva e ainda tem bastantes metros faz-me alguma confusão passar por ali todos os dias como faço e estar assim, bem como o painel lateral de acrílico que desde há três anos devido a um acidente nunca mais foi reposto e, portanto, cria ali algum mau ambiente, mau aspeto em relação ….

Aqui foi uma situação pessoal em que me assustei de facto, quase ia batendo no carro da frente foi criada uma passadeira nova na Rua Luis de Camões no Pinhal Novo, em frente à paragem dos autocarros e acontece que essa passadeira foi criada praticamente a um espaço de quase um metro à passadeira que lá existia, mas a passadeira que lá existia e depois os técnicos da Câmara se assim conseguirem poderão observar a passadeira que lá existia está ainda muito visível e embora a sinalização vertical de facto aponte para que a passadeira seja depois daquela que lá está visível, o que é de facto é que cria bastante confusão aos peões

porque é de facto que há peões que passam simplesmente na passadeira que era a antiga e que está ainda bastante visível. Tenho dito, obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Teresa Marta Joaquim.

Patrícia Caixinha para fechar, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Só trago aqui uma questão que é um assunto que gostaria de colocar ao Sr. Presidente da Câmara e que tem a ver com as obras da Ribeira da Salgueirinha, como sabemos tem sido uma obra de grande investimento, mais concretamente ali junto ao "Lar dos Ferroviários" na zona sul do Pinhal Novo, salvo o erro na Rua 1º de Janeiro, foram colocadas umas guardas de segurança horizontais e que são facilmente escaláveis por qualquer pessoa, mas principalmente por crianças que podem cair ali à vala.

A questão que gostaria de colocar era se neste tipo de projeto esta tipologia de segurança é adjudicada logo, fica-se a saber que tipo de segurança, vai ser colocada antes do projeto ser adjudicado, se a fiscalização tem que dar o parecer sobre esta segurança, porque nesta altura alterar este tipo de segurança ficará muito mais oneroso pergunto eu e é só. Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Joaquim Pires, CDU."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Muito rápido, deixar aqui um alerta ao executivo, para que possa reforçar ou aumentar a sua vigilância à observação ao que está a acontecer em Aires num sítio onde estão a ser construídos prédios, dado que periodicamente sobreiros que havia lá de grande dimensão e ao que parece são árvores protegidas, têm sido abatidas. A população não sabe quem, a verdade é que são abatidos, são cortados, desaparece a lenha, fica o sítio, uma questão para chamar a atenção para que haja um reforço da observação e vigilância naquela zona."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Rui Valente Chega, é a última intervenção neste período."

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento a mesa, Srs. Vereadores, os restantes membros da Assembleia, o público e as pessoas que nos veem em casa.

Queria colocar só uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, nós fizemos aquela visita que a Assembleia organizou, visitar a evolução das obras da Vala da Salgueirinha e acho que até foi o primeiro ponto de paragem ali na EN/252, tinha havido um compromisso da entidade que estava na construção, que seria esta a semana na qual nos encontramos agora, para voltar a circular, para desbloquear este constrangimento que tem afetado diariamente milhares de pessoas. Gostaria de saber se a Câmara tem acompanhado esta

evolução e o que é que podemos esperar ou as pessoas que dissemos que seria esta semana o que é que está previsto que aconteça neste aspeto. Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Terminamos o Período Antes da Ordem do dia, são vinte e uma horas e quarenta minutos.

Sr. Presidente se faz favor, as suas respostas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, restantes membros da Mesa, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. membros da Assembleia, comunicação social, destintos munícipes, trabalhadores/as do município, quem nos acompanha à distância, a todas/os, muito boa noite.

Agradeço as questões colocadas, aquelas que dizem diretamente respeito às atribuições e competências do município, procurarei responder sinteticamente.

Sr. Membro da Assembleia Pedro Biu, painéis do miradouro, o layout e as questões estão revistos quando tivermos orçamento de dois mil e vinte e dois, vamos proceder há alteração dos referidos painéis.

Sobre a questão de que se refere da Bomba de Gasolina, esclareço que o local é privado até dia vinte e três deste mês, no dia vinte e três, faremos finalmente a escritura já tínhamos dado o sinal e o terreno será finalmente do município onde temos como já anunciei em desenvolvimento um projeto para criação de uma requalificação urbana naquele local com zona de estacionamento e enquadramento paisagístico condigno numa das principais entradas de Palmela. Até lá a questão que coloca penso que será transitória, mas não nos parece que a deslocalização do sinal possa resolver alguns enganos dessa natureza, mas procuraremos estudar com os nossos serviços da Rede Viária e Trânsito.

Cruzamento da Lagoinha, aquela rua deixou de ter dois sentidos, aquele troço foi recentemente pavimentado com calçada grossa e há ali um problema de jurisdição com as Infraestruturas de Portugal porque temos ali um cruzamento apoiado numa semaforização de controlo de velocidade e não de alternativa de trânsito e aquela rua constitui mais um fator crítico na intersecção. Se não tivéssemos feito aquela separação acontecia aquilo a que assistimos ali diariamente com alguns acidentes que é quem vem da rua da sociedade procurar entrar em paralelo com quem vem da Rua Marechal Gomes da Costa, conhece as ruas penso que entende o que estou a dizer.

Os nossos serviços e bem, utilizando os meios de que dispunham colocaram aqueles "*new jersey"* em betão e estão obviamente a estudar uma outra solução que também implica a construção de um muro de suporte para aquele talude de terras na jurisdição das Infraestruturas de Portugal e o ideal era termos depois ali um pequeno passeio apoiado também numa guarda metálica daquelas que a Patrícia Caixinha também aqui referiu, mas iremos tratar disso e falaremos obviamente com as Infraestruturas de Portugal porque ali temos articulados.

Sobre a questão da estrada Humberto Delgado, é de facto um novo acesso para entrada da Venda do Alcaide para quem conhecer, durante muitos anos excelente pavimentação bem sinalizada, em termos de sinalização horizontal e também vertical, penso que a questão que referiu é a sinalização direcional, se deveria haver ali naquele entroncamento junto ao armazém do ferro como assim chamamos ao restaurante do "Camionista" , uma placa direcional a dizer "Estação", ora bem teremos de facto que ver com as Infraestruturas de Portugal, mas não é desejável criar ali mais trânsito, aquele é um transito que serve sobretudo os moradores, a placa de indicação dos caminhos de ferro de acordo com aquilo que está sinalizado nos mapas etc. visto com as várias entidades, situa-se no entroncamento em Batudes, naquele entroncamento que temos vindo da Escola

de Batudes e está lá a placa com a indicação de "Estação", vamos ver se no futuro é possível fazer ali um reforço, mas ter duas pode ser um pouco complexo.

Quanto à Sra. Membro da Assembleia do MCCP-Movimento Cidadãos Concelho de Palmela, a questão do estacionamento indevido naturalmente compete as autoridades policiais, não sei, há quanto tempo fez essa interpelação, a resposta que lhe terão dado, tem que ver com o seguinte; houve como sabeis em entrada em vigor no início do ano de uma outra descentralização de competências também em matéria digamos do acompanhamento das contra ordenações de trânsito, ficando o município com uma parte da receita e tentando tratar também das outras questões processuais. Essa transferência de competências que não foi do nosso agrado, mas implementámo-la quando era possível implementar, tivemos largos meses a aguardar que uma plataforma que é utilizada pelas autoridades policiais, pudesse ser disponibilizada pela "ANSR - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária", pudesse também ser utilizada pelo município.

O sistema já está a funcionar e hoje quem é autuado já vê lá o código multibanco e até já sabe que é o município e eu sei isso porque há uma série de gente a reclamar, agora quando se estaciona mal a culpa é do município, porque foi o município que mandou multar, enfim, é normal este tipo de comentários mas neste momento esse sistema já está a funcionar e portanto aquela pequena combinação hoje já tem isso tudo tratado nos impressos, no suporte informático e o pagamento através do código multibanco que vem ter ao município.

Sr. Colin Marques, o Gabinete "GEsOS- Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago", está no mesmo sítio, junto à Igreja de Santa Maria, sem pessoas? O gabinete abre quando é necessário acolher alguém e trabalhar com alguém, com investigadores se houver interpelação junto dos nossos dirigentes e dos técnicos do serviço para consultar obras no gabinete ou fazer algum trabalho no gabinete, basta contatar os responsáveis dos serviços, que por enquanto ainda estão também nas instalações que temos junto à Igreja de Santiago em Palmela. Se o segurança ou o vigilante que lá está, não lhe deu essa informação lamento, mas está a funcionar.

Museu Ferroviário, fico feliz porque ainda há pouco estava aqui a ver mais um post, mais um dia cheio de crianças também, fizeram hoje uma viagem também ao Museu e de comboio, e que aprenderam um pouco mais sobre a história dos ferroviários. A questão da "*Torre Cottinelli*", visitei há cerca de dois meses também com o Sr. Diretor, com um membro ligado às Infraestruturas de Portugal, temos digamos que um pré-acordo para virmos a fazer ali uma obra que obedece a licenciamento de ferrovia, que é o prolongamento da Gare que está ali interrompida desde as obras do ano de dois mil, para termos acesso em segurança à Torre. Ainda tem um espolio no seu interior muito interessante, mas há de facto problemas de conservação graves, mas o município manifestou interesse em tornar aquele espaço visitável e em segurança, e vamos empenharmo-nos nessa solução. Em tempos chegou-se a falar da deslocação da Torre e até houve quem defendesse uma replica junto a uma Gare da linha para que fosse visitável. De facto, confirma-se aquilo que há muitos anos o Movimento de Pinhal-Novenses e não só diziam da importância daquele elemento do ponto de vista arquitetónico, mas também da sua função e também da memória dos ferroviários do local que era possível visitar a Torre, porque nós se formos pela passadeira rolante vamos lá dar à Gare, não sei se é a três? É a quatro e se fizermos o prolongamento de acordo obviamente com as Infraestruturas de Portugal, conseguiremos aceder e fazer ali uma baia, uma proteção para que de futuro tenhamos aquele espaço visitável que é fantástico é um dos objetivos do Museu.

Teresa Marta, lixo nos contentores de Pinhal Novo, eu não sei, possivelmente acordou no dia da greve dada "AMARSUL- Valorização E Tratamento De Resíduos Sólidos, S.A", porque os resíduos no Pinhal Novo ao contrário de outras localidades, que infelizmente não conseguimos fazer, mas pelo número de população que tem são recolhidos diariamente, nos espaços em que há de porta a porta já nem encontramos resíduos nem monos na rua. Ao lado dos contentores a questão de deposição de monos tem havido recolhas regulares sem quaisquer incidentes, eu recebo e a Sra. Vereadora e os nossos técnicos logo de madrugada já estão a chegar os mails das voltas feitas e concluídas e da recolha. A periocidade tem sido cumprida, naturalmente há pessoas que teimam mesmo assim a cinquenta ou a sessenta metros do Centro de Transferência em deixar coisas ao lado dos contentores.

Nós temos que fazer no início do próximo ano e em todo o mandato uma grande campanha de sensibilização e também de transformação das mentalidades as pessoas têm que ter centros onde vão entregar e não

abandonar resíduos, abandonar resíduos é crime e, portanto, nós fazemos aquilo que é possível, mas não podemos ter um serviço sete dias por semana. Os cidadãos em sítio nenhum do mundo civilizado colocam lixo à hora que querem na rua, não pode ser, assim como à outras medidas a tomar a montante e a jusante e até os vendedores de alguns monos ou de material que na obsolescência planificada se degrada rapidamente para se voltar a vender tem que passar a recolher, porque este negócio do lixo e este desafio que temos para ter o nosso espaço publico em condições não vai lá só com mais recolha, só com mais investimento como vamos ver daqui a pouco aquilo que temos projetado para o investimento na área dos resíduos, vai lá naturalmente com maior cidadania e maior educação ambiental e também algumas multazinhas, também lá iremos.

Com exceção da semana trágica que afetou a recolha quer dos resíduos sólidos urbanos, quer dos contentores da AMARSUL, que depois se espalha ali pelo lado e já não há material que sirva para reciclar fica contaminado e misturado já não tem aproveitamento, duma maneira geral pelo menos nessa localidade não temos tido problemas do nível de serviço que está projetado para a localidade.

Pavimento do viaduto da rua António Sérgio, aquilo tem lá umas fissuras mas é no alcatrão, não é no viaduto, em todo o caso tal como o painel acrílico etc. aquele é um dos viadutos que ainda não está rececionado pelo município e disso andamos nós, a pouco, e pouco, aliás estávamos à espera no final do ano de fechar por exemplo a receção do viaduto inferior, entre o Largo José Maria dos Santos e a zona sul, junto à Pluricoop e ainda não conseguimos fechar ainda à ali uns problemas de bombagens, de contratos, de eletricidade que não se consegue separar mas esse ainda não é nosso, de qualquer forma faremos chegar como já fizemos a preocupação sobretudo do painel de acrílico as Infraestruturas de Portugal e também nós gostaríamos de pintar e de fazer ali umas coisas bonitas naqueles muros, mas primeiro têm de nos passar o viaduto em condições e depois assim assumir a responsabilidade da sua manutenção/conservação, naquilo que é o usufruto publico do viaduto, porque a questão que tem dividido os municípios das Infraestruturas de Portugal, é que querem que os municípios fiquem com a parte também da obra de arte e se houver um problema naquele viaduto que nós não aprovamos nem consultamos projeto se houver um problema grave naquele viaduto o município é que é responsável e nós não podemos assumir essa responsabilidade, assumimos a pintura, assumimos a reparação de pavimento assumiremos quando as coisas tiverem transferidas mas é a parte de usufruto público tal como a iluminação pública que já é paga por nós.

Passadeira da Rua Luis de Camões, tem razão por um lado há ali hábitos as pessoas estão habituadas a atravessar ali entre o chafariz e a Associação de Festas, é um habito, quem nasceu ali sabe como é mas nós vamos solicitar enfim, não foi no âmbito da empreitada mas com os nossos serviços vamos tentar fazer uma fresagem maior, mas também estamos a espera de uma obra naquela zona que vai possivelmente juntar as duas intervenções.

Obra da Ribeira da Salgueirinha baias laterais, faz parte do projeto aprovado por todas as entidades e é o mesmo tipo de baias com exceção nas zonas rurais em que só num caso ou noutro tem vedações em rede ovelheira e prumos de madeira, mas vai encontrar baias daquelas ao longo de toda a intervenção. Foram aquelas que foram aprovadas, foram consideradas seguras, aquele tipo de pintura também visa um bocadinho chamar a atenção, eu também perguntei porque é que era amarelo e não era verde mas faz parte "de", é evidente que na zona urbana que referiu quando tivermos a pavimentação da rua 1º de Janeiro entre a rua dos Vinhedos, que foi recentemente concluída e fecharmos aí essa malha de circulação há de haver questões ao nível do passeio lateral ou até de alguma arborização etc. etc. que também vai fazer um pouco de barreira, de Protecção para que não haja a tendência de alguém ver ali assomar-se e ir ver a vegetação, as galinhas de água, os patos-reais na Ribeira da Salgueirinha porque já lá andam muitos.

Sr. Joaquim Pires prédios em Aires, abater um sobreiro é crime, ponto um, se os sobreiros têm sido abatidos por via de alguns edifícios é porque obtiveram autorização junto do "*ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*" para o seu abate e isso não tenha dúvidas porque a Câmara não poderia licenciar qualquer edifício naquele local sem essa autorização chegar ao conhecimento do município. Esclareço que há situações de sobreiros isolados que o "*ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*" …, se for um povoado não há nada a fazer, ponham prédios noutro sítio ou façam uma curva.

Rui Valente, a questão pertinente da Ribeira da Salgueirinha na EN/252, nós fomos confrontados recentemente até porque este troço é fiscalizado pelas Infraestruturas de Portugal conjuntamente com os

nossos técnicos da segurança e da fiscalização de obra, com um conjunto de exigências que nos desagradaram.

Faz hoje oito dias que entrou nas Infraestruturas de Portugal, a tipologia dos detritos, dos materiais granulométricos de outros para eles aprovarem para meter à volta daquilo que já está feito, com o betão colocado agora precisa do quê, precisa de ser atacado com tout-venant, com vários materiais dessa natureza de um lado e de outro e por cima, para depois levar o tapete e foi isso que nos prometeram que podíamos circular lá com tout-venant uma velocidade de trinta, mais eu até admito e pedimos hoje que rapidamente reuníssemos e nem que metêssemos ali uma passagem alternada com semaforização enquanto decorriam os trabalhos que vão continuar nas zonas laterais, quer por causa das infraestruturas, quer por causa digamos costurar a parte do betão aos gaviões de pedra de um lado e de outro.

Hoje tivemos de fazer nova insistência porque ainda não tinha vindo a autorização, falamos aliás com a diretora e a nossa diretora também conhece a sua homologa das Infraestruturas de Portugal, que nos respondeu que amanhã teríamos resposta sobre esses materiais e quanto à solução que nós desejaríamos que era assim que os materiais forem colocados poder-se abrir ao trânsito com um plano de segurança muito apertado para não haver problemas nenhuns, porque nós encontramos isso em obras das próprias Infraestruturas de Portugal um pouco por todo o país, marcaram-nos uma reunião por "teams" dia quatro de janeiro, está difícil, primeiro foi a exigência de só se mexer naquilo ao fim de vinte e oito dias de cura ou de secagem para nós não faz muito sentido, para qualquer outro construtor também não faz muito sentido depois de fazer a cave do prédio enche aquilo à volta com as terras das obras, mas pronto estamos a falar de uma estrada nacional, percebemos as questões de segurança e de exigência, não queremos que haja aqui flexibilizações mas gostaríamos de outros *timings* que nos permitissem reabrir aquele troço, até lá estamos a pensar até final desta semana se conseguiremos entregar uma segunda alternativa sinalizada mais prática para ligeiros, mas é algo que não posso ainda assumir com muita assertividade porque os técnicos têm sempre uma palavra sobre essas matérias, porque eu também não quero por vezes com alguma ansiedade e pressão politica criar uma solução que depois se houver algum acidente sejamos todos responsabilizados e nos arrependamos destas medidas, enfim, que visão ir ao encontro das pessoas, mas às vezes tem que ter outro escrutínio.

Sr. Presidente é isto."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado Sr. Presidente.

Não teremos estrada dentro do período que tínhamos inicialmente idealizado.

Houve aqui uma questão que foi colocada pela Patrícia Valente do Partido Socialista, relativamente à utilização do projetor, quando entenderem que assim seja, poder se há relativamente à linguagem gestual é uma ideia que fica e que eventualmente num outro orçamento poderemos contemplar tudo isso.

Terminamos este período, são vinte e duas horas, avançamos para o Período da Ordem do Dia, Sr. Presidente se faz favor ponto, um."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente, vou tentar resumir e baseando-me essencialmente na introdução penso que o documento da atividade municipal, é bastante detalhado mas queria aqui enfatizar que a questão da saúde,

das ações de saúde preventiva, dos temas prementes como a saúde mental e promoção de bem-estar e qualidade de vida, a campanha de vacinação junto das/os utentes das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e o forte apoio ao funcionamento do Centro de Vacinação, transferido, e também a testagem da COVID-19 tem-nos ocupado aqui e de certa forma levado a encontrar esforços no âmbito do combate à pandemia para além de outras medidas de natureza social que acompanham todo este trabalho.

A Unidade Móvel de Saúde esteve afeta, durante o verão, à testagem em vários pontos do Concelho e como suporte à realização de eventos em segurança (caso das Vindimas 2021), e em outubro, dinamizou um conjunto de rastreios diversos, no âmbito do programa "Outubro MAIOR". O Município continuou empenhado na Campanha Nacional de Saúde Mental "Vamos falar, porque há conversas que devemos ter" e apoiou o Rastreio do Cancro da Mama realizado pela Liga Portuguesa Contra o Cancro, registando-se 1.039 rastreios em Palmela e Pinhal Novo. Internamente, além da contínua distribuição de equipamento de proteção individual, limpeza e desinfeção de instalações e viaturas e mediação da temperatura, ações de rastreio das equipas municipais e deu-se início ao segundo estudo de imunidade em toda a estrutura municipal.

Ainda no plano interno foi uma fase em que tivemos o acolhimento a novas/os trabalhadoras/es e foram designadas/os as/os titulares de cargos dirigentes em regime de comissão de serviço, na sequência de aprovação em processos concursais. Em agosto, retroagindo a janeiro, procedeu-se ao pagamento dos valores correspondentes à alteração de posicionamento remuneratório por via do regime obrigatório ou por opção gestionária, abrangendo 96 trabalhadoras/es. No campo da formação, concluiu-se o levantamento de necessidades formativas 2022-23 e retomou-se o Plano Estratégico Intermunicipal para a Formação, com a Associação de Municípios da Região de Setúbal. Destaca-se a realização, neste período, com recurso à bolsa interna de formadoras/es, das ações sobre "Código de Contratação Pública" e "Suporte para lidar com crianças com necessidades educativas específicas" (para auxiliares da educação pré-escolar), que é da responsabilidade do município.

A par do esforço contínuo de reparação e manutenção preventiva em edifícios e equipamentos municipais e espaço público, sublinha-se o início da empreitada de reabilitação parcial de apoios da estrutura da cobertura dos Serviços Operacionais, trabalhos de reparação no edifício do Departamento de Administração Urbanística, a pintura de duas habitações do Parque Habitacional, bem como vários trabalhos de serralharia e iluminação pública.

No campo da Proteção Civil, que continuou fortemente envolvida na resposta à COVID-19, são de referir, também, todos os trabalhos relacionados com a defesa da floresta em período de incêndios, a avaliação de riscos e medidas na realização de eventos culturais e desportivos, o combate à vespa asiática e as ações de sensibilização junto da comunidade, como o exercício sobre risco sísmico "A Terra Treme", com o Comando Distrital de Operações de Socorro e a participação de 130 alunas/os do ensino secundário.

O Atendimento Municipal manteve-se sob forte pressão, como atestam os números, por exemplo, dos postos de atendimento presencial (que deixou de exigir marcação prévia a 1 de setembro), que registam, neste período, cerca de metade do acumulado anual. O posto dedicado ao setor de águas, na Biblioteca de Palmela, foi extinto em agosto, e manteve-se a possibilidade de agendar atendimentos específicos para assuntos do Urbanismo. Foram disponibilizados novos serviços de submissão e consulta no portal de Serviços *on-line* e desenvolveu-se a nova página de entrada, entre outras medidas de desmaterialização.

O arranque do ano letivo 2021-22 decorreu em segurança e as famílias tiveram acesso a um pacote muito importante de apoios sociais, caso da oferta dos cadernos de atividades a 2.391 alunas/os do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública. A Receção à Comunidade Educativa incluiu o tradicional momento de convívio e boas-vindas, homenagem a docentes, educadoras/es e auxiliares que se aposentaram no último ano e apresentação de recursos e projetos educativos. O evento decorreu na Escola Secundária de Pinhal Novo, com música, animação e a apresentação do Guia de Oferta Educativa. A requalificação do Parque Escolar e o apetrechamento das escolas é um objetivo de continuidade, sublinhando-se, nos meses em apreço, a conclusão da beneficiação do logradouro e substituição dos Espaços de Jogo e Recreio (EJR) do pré-escolar e do 1.º ciclo da EB Zeca Afonso (Pinhal Novo), da remodelação da cozinha de apoio da EB Lagoa da Palha, da requalificação do EJR do pré-escolar da EB Bairro Alentejano e da conservação interior e reabilitação da cobertura da EB José Saramago (Poceirão). Encontrava-se em curso, à época, a requalificação dos EJR de pré-escolar e 1.º ciclo da EB António Santos Jorge (Pinhal Novo).

A temática do envelhecimento ativo e com qualidade foi central neste período, em que avançaram os trabalhos de elaboração da "Palmela MAIOR - Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e a Relação entre Gerações 2021-2025" e se realizou mais uma edição do "Outubro MAIOR", para assinalar o Dia Internacional da Pessoa Idosa. O programa, subordinado ao tema "Cuidar ao longo da vida, numa sociedade mais digital", contemplou muitas atividades de animação sociocultural, exposições, formação, ações de promoção da saúde, o tradicional Chá Dançante nos Centros de Dia das IPSS e várias atividades ligadas à música, em articulação com as comemorações do Mês da Música. No âmbito do projeto PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, continuaram as "Visitas com Memória" e o programa de atividade física no exterior "Respira Ar Livre".

Em setembro, concretizou-se a terceira distribuição anual do Cabaz Solidário Saudável, que abrangeu 196 famílias, num total de quinhentas e setenta e sete pessoas, e continuou a funcionar a Rede Local de Apoio Alimentar "Refeições Quentes", que apoiou sessenta e duas pessoas. Através do projeto municipal "Vamos à Piscina", trinta e seis crianças e jovens em situação de vulnerabilidade participaram em atividades lúdicas e desportivas nestes equipamentos e foram distribuídos aos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública e solidária mil e duzentos *vouchers* para acesso a uma aula de exercício nas piscinas, numa medida de combate ao sedentarismo.

Iniciaram-se, neste período, tarefas de programação de soluções habitacionais a promover, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, e realizaram-se sessões técnicas, com o apoio da Faculdade de Arquitetura de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa (AML), com a qual se iniciou, também, a construção da Estratégia Metropolitana de Habitação e a identificação de mecanismos de apoio aos municípios para a concretização deste desígnio.

Com várias obras no âmbito do Plano de Ação para a Regeneração Urbana no Centro Histórico de Palmela já amplamente divulgadas e em curso, decorreu o período de identificação predial voluntária para minoração do IMI no núcleo mais antigo da vila.

O esforço de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, que privilegia uma estratégia de acompanhamento próximo das comissões de administração, deu passos importantes nestes meses, sublinhando-se a emissão do alvará de loteamento da AUGI da Quinta das Marquesas I e III e a celebração de protocolo com a Comissão de Administração da AUGI Bairro Maria Luísa, referente ao abastecimento de água.

Concluiu-se o projeto para ampliação e remodelação da rede de abastecimento de água – extensão da rede da Rua Pinheiro Forte (AUGI da Bela Vista) e os trabalhos de estabilização do talude da Encosta do Outeiro (Palmela), e encontravam-se em execução os projetos de infraestruturação da zona nascente de Olhos de Água e de execução da drenagem de águas residuais domésticas em Abreu Grande/Carregueira (Pinhal Novo). Continuaram a avançar as empreitadas de construção do sistema elevatório de águas residuais na Quinta dos Farias (Pinhal Novo), em substituição dos promotores, a regularização da Ribeira da Salgueirinha e a drenagem de águas residuais domésticas em Cajados.

Relativamente ao abastecimento de água, concluiu-se a remodelação/substituição de condutas na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e na Fonte da Vaca (Pinhal Novo) e encontravam-se em conclusão as empreitadas "Controlo de perdas de água no sistema de abastecimento da Vila de Palmela" e "Ampliação e remodelação da rede de abastecimento de água – execução de prolongamentos (2021)".

Com mais de uma dezena de outras empreitadas de beneficiação da rede viária a decorrer e a pavimentação da Rua 10 de Junho (Venda do Alcaide) adjudicada, concluíram-se a pavimentação da Estrada do Montinhoso e das ruas Henrique Rico Ideia (Lagameças), António Henrique de Matos (Cabanas), Lagoa Brazida (Pinhal Novo) e troço da 1.º de Maio (Venda do Alcaide), e beneficiação da Circular Norte e Sul à Autoeuropa.

Concluíram-se, também, a requalificação do Largo da Mitra (Pinhal Novo) e da Praceta de Cabo Verde, na Quinta do Outeiro (Palmela), e teve continuidade a remodelação do Largo Dr. Melo e Castro (Jardim de Cabanas). Merecem referência a substituição de floreiras na urbanização Sul Ponte e a requalificação da Praceta da Salgueirinha (ambas em Pinhal Novo) e a limpeza de lagos e fontes ornamentais.

Em outubro, arrancou a terceira fase do serviço de recolha de resíduos porta a porta. Alargado a duas centenas de moradias no Bairro Xavier de Lima e na Urbanização Vila Paraíso (Pinhal Novo), este serviço abrange já cerca de oitocentas moradias nas zonas urbanas de Aires, Pinhal Novo e Quinta do Anjo. É de salientar o esforço considerável nestes meses, na recolha de milhares de toneladas de resíduos sólidos urbanos, monos, resíduos de construção e demolição e outros, patente na comparação com os valores do acumulado anual.

No âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, entre várias ações de sensibilização para a adoção de opções de mobilidade mais suaves, destaca-se o projeto-piloto de trotinetas partilhadas, que registou mais de mil e cem viagens diárias por mais de quinhentas pessoas, num total superior a quarenta e sete mil quilómetros percorridos. A construção, em parceria, do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas continua a avançar, registando-se a coorganização e realização, em Palmela, de uma oficina de capacitação de fatores-chave, no quadro da criação de Grupos de Ação Local.

O Centro de Recolha Oficial de Animais conta com um novo parque de recreio e a rede de abrigos para felinos foi alargada, com o fornecimento e instalação de dois abrigos e respetiva cerca no renovado Largo da Mitra e na Associação de Moradores do Terrim.

No período em que se verificou a integração do Museu Municipal de Palmela na rede internacional Fórum Património Sustentável, o Museu "A Estação" viu serem implementados áudio-guias, com áudio-descrição e Língua Gestual Portuguesa, e dinamizou múltiplas visitas "No meu tempo...", orientadas por ferroviários. No Castelo, foi instalada nova sinalética e reparado o sistema de sinos, além da valorização do sino apeado no adro da Igreja de Santiago. Estes foram, de resto, meses de forte atividade neste setor, destacando-se a itinerância da exposição "De Palmela ao Poceirão. Uma viagem arqueológica", a celebração das Jornadas Europeias do Património, a organização do Colóquio "Recrutamento e Organização Militares na Península Ibérica – séculos IV a XVI" (no âmbito do qual o Município efetivou a sua integração na Associação Ibérica de História Militar), a comemoração do Dia Nacional dos Castelos com o curso "Castelos e Muralhas no Portugal Medieval" e a realização, em parceria com o Ministério da Cultura e Desporto espanhol, do colóquio "Espanha, Portugal e o Caminho de Santiago. Caminhos do Caminho", do concerto "Lorca Peregrino" e da exposição de pintura de Alicia Aradilla "O Caminho Ilustrado", no âmbito de mais uma edição da Mostra Espanha.

Na Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, a Biblioteca de Pinhal Novo foi alvo de uma ampla intervenção de correção de patologias, com relevo para a beneficiação do sistema de drenagem de águas residuais. A par de projetos de continuidade com visibilidade crescente, são de realçar a primeira edição da Mostra Gastronómica Literária de Palmela, em restaurantes da vila, e a conclusão do primeiro curso de Educação e Formação de Adultas/os, relativo a Técnicas de Ação Educativa, no âmbito da Formação para a Comunidade.

A dinâmica cultural e artística verificada no início do verão manteve a sua expressão neste período, com forte apetência do público por iniciativas na rua. Apesar das necessárias restrições e em modelos adaptados, foi possível viver alguns dos momentos mais emblemáticos da Festa das Vindimas ao longo dos dois fins-de-semana do evento "Vindimas 2021", promovido pela Associação de Festas de Palmela, e desfrutar de mais uma edição da Festa de Todos os Santos em Quinta do Anjo, organizada pela respetiva Associação. Em Águas de Moura, as "Noites na Fonte" apresentaram um programa diversificado, e as comemorações do Mês da Música proporcionaram um programa descentralizado e para todos os gostos. De referir, ainda, várias estreias ou reposições de espetáculos nas áreas da dança e do teatro por entidades parceiras. No Cine-Teatro S. João, arrancou a empreitada de eficiência energética e climatização.

A abertura do *Skate Park* do Monte do Francisquinho, em Pinhal Novo, com atuação de um DJ e a pintura do "vulcão" pelo artista plástico e ilustrador Tiago Hesp, numa produção da revista "FomE", assinalou, também, o Dia Internacional da Juventude.

No que respeita à atividade desportiva, ainda bastante condicionada, é de referir a homenagem ao atleta Pedro Pichardo, integrada num convívio de benjamins, que tiveram oportunidade de receber aconselhamento e inspiração por parte do campeão olímpico. O Município dinamizou a prova de atletismo "*Palmela On Top"* e apoiou atividades promovidas por outras entidades, como a 5.ª Rampa das Vindimas ou o Torneio de Futebol Juvenil "*Arrábida Cup*". O Concelho foi palco, ainda, da prova rainha do ciclismo nacional, acolhendo uma Meta Volante na primeira etapa da 82.ª Volta a Portugal em Bicicleta, assim como na 1.ª Volta a Portugal

Feminina. Foram aprovados Contratos-Programa com clubes do Concelho, relativos à utilização dos equipamentos desportivos geridos pela empresa municipal Palmela Desporto e com o Quintajense Futebol Clube, no âmbito da construção de uma Pista de Atletismo no Centro de Lançamentos.

A dinamização dos Mercados Municipais e de Produtores continua a ser preponderante na estratégia de promoção dos valores endógenos e de consumo sustentável. Concluiu-se, neste período, a pintura de paredes e vãos do Mercado de Quinta do Anjo e realizaram-se várias iniciativas de dinamização, por iniciativa da autarquia e de agentes económicos e sociais locais. As experiências Mercado da Aldeia (Quinta do Anjo), Mercadinho d'A Moura (Águas de Moura) e Mercadinho de Poceirão têm-se consolidado, com participação regular de produtoras/es e grande interesse por parte do público.

Entre as várias atividades de promoção turística do território, os diferentes Fins-de-semana Gastronómicos continuam a conferir visibilidade à restauração e aos produtos locais, sublinhando-se a estreia do Arroz Carolino neste calendário de sabores. Cerca de cinco mil pessoas passaram pela feira franca e pelos torneios que evocaram a Feira Medieval de Palmela, em setembro, e quem nos procura passou a contar com o novo Guia do Viajante, um precioso auxiliar na interpretação do património e da paisagem.

O interesse do projeto Incubadora de Empresas confirmou-se com a ocupação total dos espaços em outubro. Na sequência da adesão ao Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, desenvolveu-se o Plano de Ação para a Capacitação dos Jovens e das Microempresas, em curso.

Apesar de representar um período de transição entre dois ciclos de trabalho, o presente relatório dá conta do intenso trabalho da organização, que não parou e continuou empenhada, num contexto de incerteza e permanente adaptação à mudança - na execução do amplo conjunto de compromissos já assumidos, no planeamento e lançamento de sementes para o novo quadriénio, e na captação e reforço de sinergias e oportunidades de financiamento, que permitam continuar a alavancar o desenvolvimento deste território.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Intervenções sobre a informação do Sr. Presidente acerca da atividade municipal, que recordo é, entre um de agosto e trinta e um de outubro de dois mil e vinte e um.

António Godinho do Partido Socialista, se faz favor."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os presentes e todos os que nos seguem por via streaming.

Relativamente ao relatório da atividade municipal nas páginas trinta e trinta e um, é apresentado um quadro da Comissão Proteção de Crianças e Jovens de Palmela que caracteriza e quantifica o tipo de problemáticas dos jovens que estão a ser alvo da intervenção da "*CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*". Esta informação aparece sem nenhum enquadramento, contextualização ou informação adicional.

A minha colega Dulce Marques, na sua intervenção na Assembleia Municipal ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e noutros momentos, chamou a atenção para o facto de ser também importante perceber qual é o papel do Município na "*CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*", de que maneira o trabalho da CPCJ é afetado pela pandemia, que soluções foram encontradas para as problemáticas elencadas. Em suma a minha colega chamava a atenção para a falta de informação relativa ao apoio que a autarquia presta a uma entidade tão relevante como é a CPCJ.

Posteriormente em reunião da Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Desporto e Assuntos Sociais que teve a presença de representantes da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela e dos responsáveis da Câmara Municipal de Palmela pela área social, no caso o Sr. Vereador Adilo Costa e a Dra.

Fernanda Rôlo a situação descrita, foi abordada, tendo havido um compromisso por parte dos responsáveis da autarquia de que iria haver uma revisão da informação dada nos relatórios de atividade municipal relativamente à ação da CPCJ. Efetivamente foi transmitida a informação que os dados relativos da atividade desta Comissão se encontravam a ser revistos pela autarquia e pela própria CPCJ, por forma a informação seja mais real e reflita melhor o trabalho desenvolvido pela autarquia no apoio que dá a esta Comissão.

Tendo esta informação sido motivo de congratulação na intervenção de trinta de Abril nesta Assembleia por parte da Coordenadora Dulce Marques, foi assim com alguma surpresa que voltamos a observar no presente relatório da Atividade Municipal o mesmo tipo de informação que era dada anteriormente e que pelo exposto é manifestamente insuficiente, sabemos que há revisões muito subtis em que apenas com o poder de observação muito acutilante se consegue encontrar diferenças em relação ao modelo anterior, no entanto confesso neste caso de não conseguir detetar mesmo qualquer diferença.

Pergunto ao Sr. Presidente, se se compromete em relatórios futuros da Atividade Municipal, que a autarquia apresente informação mais robusta, melhor enquadrada e que seja percetível o tipo de contributo que dá relativamente à CPCJ.

Por último, de referir que o Relatório da Atividade Municipal vai então até ao dia trinta e um de outubro e que tem lá descrita uma atividade que é "Exercício de Risco Sísmico, a Terra Treme", que foi realizada no dia cinco de novembro. Terá havido neste caso um lapso temporal. Disse"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais intervenções?

Cristina Moura, se faz favor CDU."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Boa noite, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia congratulo os presentes.

Gostaria de fazer aqui algumas observações e pedidos de informação, um deles é referente à dispersão da vespa asiática no concelho de Palmela, eu tentei consultar no site "SOS – StopVespa" e verifiquei que as oito ações mencionadas no boletim se centravam ali nas imediações de Aires, não sei se confirma ou não, mas era saber se são avistamentos de vespas não são avistamentos de ninhos, mais especificações relativamente a isso dado que é uma zona também de recinto escolar, tem alguns cuidados a ter é uma zona urbanizada que cuidados é que se estão a ter nesse ponto.

Depois, alguns reparos e congratulações, congratulações relativamente ao tratamento por microinjeção na prevenção da lagarta do pinheiro, em sessões anteriores já referi e é bastante positivo essas intervenções do município. No entanto não retira também a importância da monotorização da própria borboleta fêmea na deposição dos ovos, puxar o problema para o inicio porque se calar o tratamento por microinjeção é bastante honroso e se fizermos uma prevenção de motorização de feromonas vamos minorar um bocadinho mais o problema a posteriori.

No caso das tabelas referentes à formação dos trabalhadores sejam elas internas e externas é mais um reparo meu porque depois elas estão listadas a seguir no texto, mas se calhar para quem lê e uma forma de leitura mais facilitada não sei até que ponto é que essas ações que são várias e em diferentes âmbitos se seria interessante tê-las listadas por departamentos, por exemplo; os espaços verdes fizeram ações a nível de fitofármaco, ficar tudo explanado de outra leitura, é só uma apreciação.

Relativamente às podas de manutenção de árvores em espaços públicos, saber se está a ser feita algum aproveitamento destes resíduos verdes a nível de estilhaçamento a posteriori para coberturas de solo. Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado Cristina Moura.

Mais alguma intervenção neste período?

Não havendo Sr. Presidente, se faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sr. Presidente, agradeço as questões.

Sr. Membro António Godinho, a informação da CPCJ, é aquela que a CPCJ nos faculta. Já aqui no passado também conversamos e há algum outro tipo de comentário sobre a informação que não é desejável que seja feito. Mas se o problema é saber o que é que a Câmara faz, depois não me acuse de propaganda, nós acrescentaremos um parágrafo com aquilo que é o apoio e o funcionamento da CPCJ com os recursos que lá temos envolvidos, etc. etc. Mas quero também recordar V. Exas., que a Assembleia Municipal tem quatro representantes na CPCJ, ora ai está uma boa oportunidade para algumas matérias onde aí podem conhecer em mais detalhe sem as termos que colocar aqui no relatório dado a sua sensibilidade.

Fica aqui também esta observação, mas comprometemo-nos a por então um parágrafo, o que é que a Câmara faz, que não é só no âmbito da CPCJ, porque há muitas respostas a crianças ainda há pouco, lhe falei aqui, houve crianças que foram à piscina, são crianças de famílias com vulnerabilidades, há respostas, volto a dizer é uma palavra que os senhores não gostam muito, muito transversais as políticas municipais no sentido de combater disfuncionalidades familiares, problemas e promover a inclusão, mas ficará então o compromisso de um parágrafo dessa natureza.

Com outro tipo de informação é aquela que a CPCJ entender pode disponibilizar.

Sra. Membro da Assembleia Cristina Moura, agradeço, a Sra. É de facto uma conhecedora da área, nós vamos procurando com os nossos serviços, com o nosso Vereador, diversificar as metodologias de atuação, seja no combate às pragas sempre com esta preocupação ambiental de procurar as melhores práticas e vamos diversificando. Nós já fizemos também tratamento até por pulverização que é ainda mais dispendioso, quando é necessário recorrer a plataformas elevatórias para o efeito e até expõe muito os trabalhadores. A microinjeção tem dado resultado, mas acredito que há outros temos também técnicos do ambiente que fizemos aí á uns anos a colocação de uns ninhos e de umas casinhas fizemos aí em vários sítios, porque como sabe há aves que acham a lagarta do pinheiro um pitéu de "*Nouvelle Cuisine*" e, portanto, pode ser que nos ajudem a combater também, vamos diversificando.

Os verdes neste momento, somos obrigados a entrega-los para compostagem, é isso que está no contrato de concessão com a AMARSUL, temos outras intenções, mas isso são projetos que iremos candidatar num futuro próximo sobretudo para a zona nascente do território para o reaproveitamento dos solos, no enriquecimento dos solos, mas isso falaremos a seu tempo.

Agradeço todos os contributos e reflexão sobre esta matéria.

Vespa asiática, é de facto um fenómeno crescendo no nosso concelho tem vários espaços urbanos e naturais muito extensos e contíguos a outros concelhos e é o mais extenso da AML, nós temos tido encargos acrescidos com uma empresa da especialidade fizemos até várias alterações ao orçamento para ir ampliando este combate felizmente também alguns falsos alarmes, mas onde temos intervindo é de facto na recolha e na neutralização dos ninhos e isso tem sido feito com eficácia e ao mínimo sinal de alerta e são muitos e como lhe digo alguns falsos alarmes, mais vale ser falso do que as pessoas deixarem de contactar a Proteção Civil, temos atuado e há desde Quinta do Anjo a Aires, esse de Aires foi se calhar o mais falado, um até era próximo de uma unidade comercial, felizmente temos conseguido atuar antes de qualquer problema. Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Vamos ao ponto dois, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO DOIS – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022-2026

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sr. Presidente, vou tentar resumir."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Eu não quero que resuma, quero que se cinja à proposta se faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Então se quer que me cinja à proposta vou ler durante muito tempo, mas eu vou saltar alguns pontos.

Este Orçamento inicia um novo ciclo autárquico, as Grandes Opções do Plano incluem já alguns dos compromissos constantes do Plano de Trabalho sancionado nas eleições do passado mês de setembro. Ainda no plano programático o ano de dois mil e vinte e dois encerra «Portugal 2020», a concretização das nossas candidaturas tem de se efetivar até final do ano, vamos encerrar esse ciclo estando prevista, ainda, a conclusão de um significativo volume de investimentos candidatados, e dá início ao novo quadro comunitário de apoio – «Portugal2030» – e à implementação da Estratégia Local de Habitação.

Em termos financeiros o enquadramento macroeconómico do orçamento é declaradamente otimista, considerando um crescimento robusto da economia para dois mil e vinte e dois, cinco porcento e mais moderado para os anos seguintes, dois por cento, o qual assenta em três pressupostos: o crescimento estimado no PIB para dois mil e vinte e um acima dos quatro virgula cinco porcento, com reflexos notórios na situação financeira do município; a capacidade de controlo da pandemia devido, em grande medida, à elevada taxa de vacinação; e o início do novo quadro comunitário de apoio, «Portugal 2030», e do Programa de Recuperação e Resiliência.

Esta visão otimista não ignora, como se descreve no «Relatório de Enquadramento Orçamental», que permanecem diversas ameaças à economia nacional que poderão comprometer o crescimento previsto para dois mil e vinte e dois, de que se destaca: o aumento dos custos da energia e dos combustíveis (com reflexos diretos na economia do país, das empresas e das famílias) e a pressão inflacionista em alguns países europeus e nos EUA, que poderá ter como consequência a subida das taxas de juro e o fim da política de estímulos à economia dos bancos centrais.

Em termos das finanças municipais há uma outra variável cujo impacto só será possível aferir em meados do próximo ano, após concretização das medidas previstas para dois mil e vinte e dois, no âmbito do processo de transferência de competências, que não está ainda nada plasmado no orçamento e que será objeto de introdução através de uma alteração modificativa no mês de março.

Neste contexto, o orçamento inicial de dois mil e vinte e dois tem um crescimento face ao de dois mil e vinte e um, na ordem dos nove virgula oito porcento, o qual resulta, em grande medida, da conjugação de três fatores:

A aplicação da regra da média dos vinte e quatro meses favorece a estimativa da maioria das receitas próprias do município, por efeito do bom desempenho, em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, em particular do IMT e das Taxas de Loteamentos e Obras;

A inclusão das receitas associadas à implementação da Estratégia Local de Habitação;

A inclusão de parte de dois empréstimos bancários (financiamento da rede viária e BEI) cuja execução ainda será relevante em dois mil e vinte e dois.

Este crescimento permite prosseguir uma política fiscal mais favorável para as famílias – nomeadamente através de nova redução da taxa do IMI –, a oferta de novos benefícios sociais e o reforço dos existentes, e ainda, o aumento da capacidade de endividamento, que se revela indispensável para financiar o volume de investimento inscrito no Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

No capítulo da despesa mantém-se a perspetiva de uma parte substancial do aumento das disponibilidades financeiras do município ser absorvida com compromissos e encargos existentes, em consequência do efeito conjugado de diversos fatores, nomeadamente: crescimento, acima da taxa de inflação, dos preços de alguns bens e serviços, é diário nomeadamente energia e combustíveis; crescimento exponencial da necessidade de contratação de alguns bens e serviços, caso da higiene e limpeza urbana nas suas diferentes vertentes; necessidade de novas contratações de pessoal, desbloqueamento das progressões, promoções e reposição do valor das horas extraordinárias.

Em virtude de o crescimento da receita não resultar, em dois mil e vinte e dois e anos seguintes, num aumento da capacidade de autofinanciamento, será necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiar parte dos investimentos constantes do plano de trabalho para o mandato, inscritos ou a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos. O montante global do empréstimo, a lista dos investimentos a financiar e respetivo calendário, serão definidos logo que seja possível efetuar, com o rigor possível, as estimativas orçamentais e programação física e financeira das obras a incluir no empréstimo. Contribuirão ainda para o processo de decisão a aferição das condições de candidatura a financiamentos comunitários no âmbito do «Portugal2030», do PRR e o conhecimento detalhado das consequências, em termos de encargos financeiros diretos e exigências de investimento a curto prazo, resultantes da assunção pelo município de novas competências a partir do mês de abril do próximo ano.

Em suma, podemos concluir:

1. que em dois mil e vinte e dois espera-se que a recuperação económica iniciada em dois mil e vinte e um se consolide, verificando-se um crescimento robusto do PIB, que será mais modesto a partir de dois mil e vinte e três;
2. que fruto das opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras) o município dispõe de uma saúde financeira invejável no atual quadro nacional, que lhe permite recorrer ao crédito para financiar novos investimentos.

Financeiramente, o nosso orçamento carateriza-se por:

O Orçamento apresenta um valor global de sessenta virgula dois milhões de euros, o que representa um aumento de nove virgula oito porcento relativamente ao orçamento inicial de dois mil e vinte e um e menos doze porcento face ao orçamento em vigor (o orçamento em vigor incorpora o saldo de gerência de dois mil e vinte).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza vinte e três virgula nove milhões de euros, registando um aumento de zero virgula nove porcento, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita Trinta e nove virgula oito porcento. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), calculado com base na média dos últimos vinte e quatro meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, participação variável no IRS e participação do IVA) totalizam nove virgula oito milhões de euros e representam dezasseis virgula três porcento do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de quatro virgula quatro milhões de euros, representa sete virgula três porcento do total das receitas. Isto é estimado e beneficia da entrada em dois mil e vinte e um para a médias dos loteamentos, não sei se vamos manter este valor. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de dez virgula nove milhões de euros,

representa dezoito virgula um porcento do total das receitas, registando um acréscimo de nove virgula três porcento relativamente a dois mil e vinte e um.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem no, cinquenta virgula três milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de sessenta vírgula dois milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao «Portugal 2020» e ao PRR/IRHU, no âmbito da Habitação, bem como da inclusão de verbas provenientes da utilização dos empréstimos contratados. As despesas com investimento situam-se nos dezassete milhões de euros no orçamento inicial.

Rrecursos financeiros distribuídos da seguinte forma:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: trinta e seis virgula dois milhões de euros, sessenta virgula três porcento, dos quais dezassete milhões correspondem a investimento quarenta e sete porcento;
- Pessoal: vinte e um virgula seis milhões euros, trinta e cinco virgula oito porcento;
- Despesas não imputadas às GOP: dois virgula três milhões euros, três virgula nove porcento.

Há um quadro que permite perceber a distribuição das principais referências da receita e importa sublinhar que as receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de nove vírgula oito milhões de euros, que financia despesas de capital, entenda-se investimento. A regra do equilíbrio orçamental nos termos da legislação é cumprida, e existe um diferencial positivo de sete virgula cinco milhões de euros.

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de quarenta e cinco virgula dois milhões de euros, dos quais trinta e seis virgula dois milhões com financiamento assegurado, aumentando quinze virgula nove porcento quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de dois mil e vinte e um e apresenta uma estrutura que eu me abstenho de ler na integra e queria só dar enfase às funções sociais para dizer que a Educação não sendo um ano de novos centros escolares a construir, mas temos muitas obras de reabilitação e melhoria dos estabelecimentos de ensino e muito trabalho no apoio às famílias por via das politicas das ações social do município na educação, temos aqui quatro milhões é sempre um valor, quatro, cinco, seis, quatro milhões.

Habitação e Urbanismos que obviamente tem que ver com o peso do financiamento da estratégia local de habitação, seis milhões no saneamento também acabadas grandes obras feitas nestes últimos anos, ainda assim temos aqui quatro milhões oitocentos e dezassete mil euros, é um território disperso com muitas áreas periurbanas ainda por infraestruturar, é um esforço considerável do município por enquanto sem qualquer cofinanciamento.

Abastecimento de Água, dois milhões cento e vinte cinco mil euros, também uma das verbas mais elevadas dos últimos anos.

Resíduos Sólidos, batemos todos os recordes, quatro milhões e novecentos mil euros, tem muito que ver com a aquisição de novas viaturas, com o projeto do bio resíduos, com o aumento da frequência de recolha nalgumas zonas do território e, portanto, é uma área onde investimos cada vez mais e esperamos obviamente de melhorar o serviço, mas também ter mais e melhor colaboração dos cidadãos.

Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, que engloba aqui várias coisas dois milhões.

Cultura, um milhão e oitocentos mil euros.

Desporto, Recreio e Lazer, dois milhões cento e sessenta mil euros.

Industria e Energia, temos aqui também a perspetiva de redução de custos, mas também um grande investimento na eficiência energética que tem repercussões positivas também ao nível de redes inteligentes etc.

Transportes e comunicações, cinco milhões e novecentos mil euros, tem muito que ver com o funcionamento do novo sistema de transportes que estimamos que venha a iniciar-se no lote quatro onde está Palmela incluído o mais tardar no dia um de junho, é uma data bonita porque é o dia do concelho e era bom que entrasse o novo sistema de transportes sem o cofinanciamento do espaço mas com o alargamento da rede e da oferta que se estima crescer cerca de cento e quarenta e oito porcento, mas tem que ver também aqui com transportes e comunicações, entenda-se que comunicações não tem que ver com telefones, tem que ver com rede viária. Continuamos também num concelho que tem mais de novecentos e cinquenta quilómetros de caminhos a investir fortemente na melhoria das nossas vias de comunicações e asfaltar novos caminhos.

Comércio e Turismo, um milhão, cento e sessenta e sete mil euros.

Procurando também aqui resumir a introdução diria há aqui um aspeto importante do ponto de vista orçamental, que felicito as equipas dos trabalhadores do setor que fazem aqui um trabalho notável neste documento para que todos possamos interpretá-lo da melhor forma, mas, nas notas de enquadramento orçamental ficou também comprovado que o município mantem a independência e eficiência financeira como aliás foi recentemente publicado em mais uma edição do "*Anuário Financeiro dos Municípios*", mesmo num contexto de incerteza politica sem conhecer o orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois, de pandemia e de forte investimento nas campanhas de vacinação, testagem e promoção da saúde física e mental e continua ainda assim, poder desta forma baixar a carga fiscal, aprovar tarifas sociais, isenções, apoiar famílias e as pessoas em situação de maior vulnerabilidade e a acompanhar as dinâmicas económicas, culturais, sociais associativas do território.

Na sequência de muitos anos de reivindicação e negociação que resultaram na partilha de responsabilidades entre a Administração Central e o Município, prevê-se para dois mil e vinte e dois e aqui falo dos principais objetivos o arranque das empreitadas do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, do Posto da GNR em Poceirão, da Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo.

Noutro domínio, na Proteção Civil um forte apoio às três associações do concelho através da comparticipação financeira às equipas de prevenção permanente e do financiamento dos grupos de Bombeiros permanentes, entre outros apoios e o compromisso de acompanhar candidaturas ao investimento relativas à aquisição de viaturas e investimentos.

Entre os desafios de ação e planeamento que se colocam à Proteção Civil, continuamos a destacar o combate à "*Covid 19, Defesa da Floresta contra incêndios, o combate à vespa asiática*", importante trabalho de sensibilização e formação da comunidade no âmbito da Academia da Proteção Civil.

Nas Funções Sociais, referentes aos setores relativos à Prestação de Serviços Básicos às populações continuam estas a representar a maior fatia das Grandes Opções do Plano, como podeis verificar habitação e urbanismo, educação, resíduos sólidos, saneamento congregam em dois mil e vinte e dois os maiores volumes de investimento de sempre.

Destacam-se no capitulo das infraestruturas, o inicio da infraestruturação faseada em Olhos de Água a continuação da Quinta do Canastra Sobral, uma nova fase na Lagoinha, o estudo para o Bairro Sousa Cintra, a conclusão da segunda fase da Empreitada "*HUB 10*", estrada dos Quatro Castelos, é determinante ao nível da mobilidade, mas também da drenagem pluvial, na ampliação das redes de esgotos domésticos, avança a execução da rede de drenagem de águas residuais em vários arruamentos da Carregueira, Abreu Grande, uma novidade a Rua da Uva Moscatel, Vale da Vila, o projeto para o sistema na duzentos e cinquenta e dois Portal Branco, Quinta das Asseada, zonas limítrofes freguesia de Palmela.

No que respeita ao Abastecimento de Água, continua a remodelação de nós na zona sul de Pinhal Novo, a substituição da rede de distribuição em arruamentos de Cabanas, em todo o Concelho, são mais de quatrocentos e trinta mil euros, para remodelações e a ligação aos novos furos ao reservatório da Fonte da Vaca que está numa outra rubrica mais cento e vinte mil euros.

A resposta ao crescente aumento de posição de resíduos e também de resíduos de várias tipologias, o combate à sua deposição ilegal, acontece em várias frentes vamos incrementar a recolha porta a porta nas moradias unifamiliares, vamos procurar chegar a outros pontos do concelho nomeadamente também, alargar na Quinta do Anjo e Cabanas, arranque da recolha de bio resíduos, renovação da frota de veículos de recolha,

ações especiais de erradicação de focos de poluição, mecanização dos serviços de limpeza urbana e reforço das campanhas de sensibilização e fiscalização centenária da limpeza urbana a que considerar que estamos em fase de negociação com as nossas freguesias para a efetivação das transferências com transferências próprias a partir de junho do próximo ano e essa matéria virá também numa Alteração Modificativa ao Orçamento já em dois mil e vinte e dois.

A implementação da estratégica local de habitação como foi referido domina os objetivos deste setor no quadriénio, prevendo-se para dois mil e vinte e dois a aquisição de quarenta fogos na área da reabilitação urbana do Centro Histórico de Palmela e Pinhal Novo, o início da sua reabilitação a aquisição de terrenos para construção de vinte e um fogos e a contratação de serviços para a elaboração de projetos relativos a quarenta e um, bem como a locação de dezassete fogos para subarrendamento em regime de renda apoiada.

Na Educação dá-se continuidade ao conjunto de medidas de apoio educativo e social para ver se a construção de novas Escolas Básicas em Palmela e na zona nascente de Pinhal Novo, estamos a trabalhar na segunda fase de ampliação da Básica de Cabanas, mas já com verba definida para dois mil e vinte e dois, estamos a falar sobretudo de importantes obras de requalificação em equipamentos de excelência mas que já tem uns anos e que precisam de melhorias substanciais, a Básica Salgueiro Maia a João Eduardo Xavier, Algeruz/Lau, os logradouros da Joaquim José de Carvalho, Alberto Valente e Lagoa da Palha e como disse a construção do Pavilhão Desportivo da Secundária de Palmela será o investimento mais avultado no inicio do mandato.

A conclusão do "Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas" tem implicações transversais em toda a atividade municipal, em estreita articulação com a Revisão do Plano Diretor Municipal e outros instrumentos de gestão do território.

O Município aposta também na beneficiação de espaços verdes, na promoção de espécies autóctones e nos reforços de políticas do bem-estar animal, com um novo parque de recreio de animais do concelho, um gatil qualificado, a ampliação do Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA), ampliação da rede de abrigos para felídeos entre outras.

Na Cultura, o Castelo continua a merecer uma intervenção atenta, sublinhando-se novas intervenções na Igreja de Santiago e na Casa Capelo, esta segunda, prioritária. O projeto de requalificação do espaço museológicos na Praça de Armas e do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago ou a transferências dos serviços técnicos do Património Cultural de Palmela que está e irá funcionar no edifício da "GNR-Guarda Nacional Republicana" cuja obra está em curso.

A conclusão do Centro Comunitário de Águas de Moura e do Monte do Francisquinho e a instalação do novo Polo da Biblioteca Municipal de Poceirão, aqui sobre o Centro Comunitário de Águas de Moura, isto engloba muita coisa, engloba a transferência da Biblioteca a criação do Centro de Recursos para a juventude e um conjunto de serviços à comunidade que vão ficar centralizados naquele bonito edifício que está com uma obra de requalificação fantástica que qualquer dia visitaremos.

Monte do Francisquinho, instalação do Polo da Biblioteca de Poceirão consolidam a rede de equipamentos socio culturais e também sociais com múltiplas respostas à comunidade e ao movimento associativo.

No ano em que se assinala o septuagésimo aniversário do Cine-Teatro São João, reforça-se a programação desta sala recentemente certificada pela Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), a participação na ARTEMREDE, a implementação do "Palmela é Musica" que foi recalendarizado por causa da Pandemia e o acolhimento e apoio a enorme capacidade de fazer acontecer o nosso Movimento Associativo, artistas, Festas Populares e outros agentes locais marcaram também o nosso investimento e o nosso apoio nestas áreas.

A entrada em funcionamento do Pavilhão Desportivo e Centro de Respostas à comunidade de Poceirão, a construção de campos de Padel em Pinhal Novo e a requalificação do espaço jogo e recreio, polidesportivos do concelho são também prioritários na área do desporto, recreio e Lazer.

Ao mesmo tempo se estreitam parcerias e se comparticipam novas infraestruturas de clubes e associações para a promoção da prática desportiva e melhoria e ampliação da rede de equipamentos disponíveis à população.

Nas Funções Económicas, a elaboração do Plano de mobilidade urbana sustentável que é indispensável até para futuras candidaturas nesta área e do Plano de promoção de acessibilidades em Pinhal Novo, o alagamento da rede clicável e duas dezenas de repavimentações que merecem relevo que hão de entrar por via do "EU PARTICIPO!" a partir de janeiro/fevereiro, no ano de implementação também da nova Concessão de Transporte Público e Rodoviário e do novo contrato de gestão de eficiência Energética, outra grande revolução como disse para a Rede de Iluminação Pública.

Na área do Turismo a diferenciação do território continua a assentar nos valores endógenos, retoma de iniciativas âncora do calendário anual, reforço das sinergias com diversos agentes locais, nacionais e internacionais projetando a imagem de Palmela em vários fóruns no momento em que se inicia também a construção do Plano Estratégico de Turismo.

A sinalização do Caminho de Santiago e a criação de oferta turística especifica a par da promoção do roteiro para o turismo religioso, vem concretizar uma vocação antiga deste território e ampliar a sua visibilidade e atratividade.

Sr. Presidente, procurei resumir assim o documento de apresentação que era mais extenso. Fico ao dispor para as questões que queiram colocar."

Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado Sr. Presidente. Eu não percebi essa redução, peço desculpa, tínhamos uma proposta e era sobre essa proposta que nós tínhamos de falar e não sobre a sua cábula, ou falamos sobre a proposta ou falamos sobre a cábula não o quis interromper e deixei-o ir até aos seus dezassete minutos, portanto perfeitamente à vontade a partir daqui.

Está aberta a discussão, sobre esta proposta? Quem quer intervir?

Patrícia Caixinha, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Ora relativamente a este ponto a bancada do Partido Socialista não poderia deixar de referir como aliás já o tem feito noutras intervenções inclusive no mandato anterior sobre o facto de consideramos que esta discussão seria muito mais profícua se reservássemos uma única sessão exclusivamente à discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, até porque é um documento de estrema importância e, portanto, merecia uma análise pormenorizada e cuidada. Por outro lado, trata-se igualmente conceder a este momento que, é exaustivo o mérito e o reconhecimento do trabalho dos técnicos e trabalhadores da autarquia que o conceberam. Pensamos que isso facilitaria a discussão dos diversos pontos e por todas as forças politicas presentes nesta Assembleia Municipal.

Relativamente a este orçamento, começo por dizer que nos é apresentado um orçamento de sessenta e nove milhões de euros, o mais elevado de sempre estando ainda nove milhões de euros por definir, para além deste valor o que conta a injeção de verbas através da transferência de competências e aquilo que deixo aqui como questão é "será que vamos conseguir cumprir este orçamento Sr. Presidente?", no meio de um orçamento abastado continuamos a ter várias obras que não são executadas e que vão transitando de um ano para o outro e que independentemente dos ajustes que possam ser feitos ao longo dos anos o que, é certo é que grande parte destes problemas sugere que há uma grande falta de planeamento, estou a falar do caso da "Ribeira da Salgueirinha", da "HUB 10" cujas obras estavam previstas terminar em setembro de dois mil e vinte e um, mas que pelos vistos vão continuar e vão durar.

Para a Regularização da Vala da Salgueirinha, temos nas Grandes Opções do Plano uma previsão de setecentos mil euros para dois mil e vinte e dois e gostaria de perguntar ao Sr. Presidente "quanto mais em obras suplementares é previsível nós pagarmos?"

Depois temos também a obra de requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, que é uma obra que já lá vai á algum tempo. Esperemos que dois mil e vinte e dois seja o ano da sua conclusão e que dois mil e vinte e três não haja mais verba alocada, será um bom sinal.

Também gostava de referida a conhecida estrada da Coca Cola, a estrada de Vila Amélia também está com alguns anos de atraso, está previsto o término da obra?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É o "HUB 10", estou só a dizer que é a mesma coisa."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"E para quando?

Temos também a Janela da Arrábida, com uma rubrica de oitocentos e cinquenta e três mil euros para dois mil e vinte e dois e que este já é um projeto que já há muito tempo atrás e continuamos a perguntar com um valor tão elevado e tão necessário.

De referir relativamente às receitas o IMT e o IMI, gostaria de referir o crescimento do IMT que constitui uma das grandes fontes de receita direta do município como já foi referido pelo Sr. Presidente e que nos últimos anos este imposto tem vindo a crescer o que permite compensar a redução do valor do IMI, quando foi decidido pela autarquia, proposta também do Partido Socialista, que introduziu o IMI Familiar e que se traduz numa redução da taxa deste imposto definida com base neste imposto dependentes do agregado familiar, o que se tem revelado francamente importante para as famílias do município.

Relativamente à habitação, que é o grande investimento desta autarquia e que é uma das grandes prioridades deste documento, pelo que percebi, pela minha leitura, mas que decorre de uma estratégia nacional e dos programas existentes, se não fosse o Governo Central e o Plano de Recuperação e Resiliência, mais o "1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação" não existia habitação social em Palmela.

Conclui-se que em tantos anos de gestão autárquica, nunca se fez nada sobre esta matéria, o que é pena, de facto, que só agora exista uma Estratégia Nacional Palmela, se lembrem que existe famílias carenciadas que na verdade nunca existiu uma perspetiva de habitação social em Palmela.

Nos próximos anos prevê-se a implementação de uma Estratégia Local de Habitação que é muito bem-vinda! Ainda que tardia e que surja à custa dos Fundos Comunitários, disponibilizados no âmbito do "PRR - Plano de Recuperação e Resiliência" e do Programa "1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação" como se antes não houvesse necessidade de criar respostas habitacionais para os duzentos e cinquenta e sete agregados familiares que já estão identificados.

Esta Estratégia Local de Habitação, representa a despeja principal de investimento para dois mil e vinte e dois, com uma dotação de quatro, quatro milhões, e cujo financiamento será assegurado como já disse pelos Fundos Comunitários do "PRR - Plano de Recuperação e Resiliência". Com esta estratégia pretende-se resolver as situações de carência habitacional dos agregados familiares socio economicamente mais desfavorecidos do concelho, sendo também possível que esta Estratégia Local, permita ter acesso à habitação por aqueles e aquelas que não encontram resposta por via do mercado, quer um estímulo à Reabilitação Urbana e ao arrendamento habitacional.

Segundo a informação e os dados disponibilizados no "XII Fórum Social de Palmela", que decorreu no passado dia trinta de novembro, o município de Palmela em termos de contexto social, possui três caraterísticas essenciais, a atratividade residencial, e o aumento populacional, a dispersão do povoamento e acentuados contrastes entre as principais localidades e áreas rurais do município e a alteração quer da dimensão quer da composição das famílias. Em termos habitacionais o contexto apresentado refere que Palmela carateriza-se por um aumento dos preços do mercado imobiliário, que aliás é transversal a vários municípios a nível nacional, o predomínio da habitação própria, e a importância da segunda residência dos alojamentos vagos.

Em termos de carências e recursos habitacionais, o balanço apresentado refere que existem trinta e seis famílias, ou seja, cerca de setenta e sete pessoas com necessidades de apoio a beneficiação da sua habitação na qualidade de proprietários, existem onze famílias, trinta pessoas, residentes em habitação social com necessidade de reabilitação, existem duzentas e dez famílias, quatrocentas e setenta e cinco pessoas em risco de exclusão e ou necessidades de acesso a uma habitação, e destas duzentas e dez famílias quatro não têm um teto, dezassete vivem em habitações muito precárias ou improvisadas e cento e oitenta e nove famílias vivem em condições indignas. Ora atualmente os recursos existentes disponíveis no município são insuficientes para responder a estas necessidades já identificadas, trinta e cinco fogos arrendados e um de reserva, dezassete terrenos urbanos e dois fogos cedidos à "CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens".

Atendendo a este contexto habitacional e social do município e os objetivos e metas definidos na Estratégia Local de Habitação para Palmela, será de facto essencial as candidaturas e os apoios quer ao Programa "1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação", quer ao "PRR - Plano de Recuperação e Resiliência" o que de facto a Bancada do Partido Socialista espera é que esta oportunidade numa área tão essencial como a habitação social e condigna, seja aproveitada por esta autarquia e que não sirva para criar mais desigualdade e segregação social.

Relativamente ainda a este documento gostava de falar do Abastecimento de Água, que também está definido nas "GOP-Grandes Opções do Plano" como uma linha de investimento com um total de dois milhões, cento e vinte e cinco mil e novecentos e setenta e dois euros e que juntamente com o saneamento totaliza um investimento total de quase sete milhões de euros, de facto esperamos que este investimento seja suficiente para cobrir todas as necessidades quer de saneamento, quer de abastecimento de água no concelho e que todas as ações previstas sejam executadas.

Está prevista a continuidade à remodelação e melhoria no abastecimento de água que também já aqui foi referido e sobre este tema temos freguesias com problemas de abastecimento de água, que no caso concreto a freguesia de Pinhal Novo, tem sido bastante afetada pela pressão inconstante de água quer na zona sul, quer na zona norte, sendo essencial resolver de uma vez por todos estes problemas dos munícipes que persiste ao longo dos tempos e que vão sendo agravados por força do próprio crescimento que a vila tem tido e haveria muito mais para perguntar e discutir, mas como temos uma sessão com nove pontos, também vou ficar por aqui.

Termino referindo que por considerarmos que este orçamento não tem visão futurista e realista para o concelho de Palmela todos os pontos mencionados e pelo facto, deste não ser um orçamento que o Partido Socialista apresentaria, a Bancada vai-se abster.

Disse, obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito Obrigado.

Tomás Barão, Bloco de Esquerda."

O **Sr. Tomás Barão do BE:**

"Boa noite a todas e a todos.

O Bolco de Esquerda não poderá nunca, votar contra este orçamento porque tem uma serie de pontos positivos que nos agradam, nomeadamente o Centro de Saúde de Quinta do Anjo, mas também não poderemos votar a favor porque existe uma divergência grande num ponto que para nós é muito importante que é a mobilidade e os transportes.

O Bloco de Esquerda, orgulha-se muito de ter mão também à redução tarifária, é uma coisa para nós muito importante e estamos expectantes agora com a nova concessão de Transporte Publico Rodoviário esperamos que estas novas rotas sejam criadas com a população, esperamos que seja um serviço de transporte público

coletivo não apenas suficiente para a população e que responda as suas necessidades, mas que seja excelente, que seja apetecível, que faça as pessoas deixarem o carro em casa, e não só que as pessoas deixem o carro em casa, mas também, as pessoas que ficam em casa e que não se conseguem deslocar passem a conseguir, isto é fundamental e sobre isto não temos nada a apontar no orçamento, mas tínhamos de sublinhar.

Agora face às alterações climáticas, e à necessidade que nós temos de diversificar os meios de transporte também por questões de estacionamento como já foram aqui mencionadas, parece-nos muito importante a construção de uma ciclovia entre a Estação de Palmela e o centro da Vila eu tal como a minha colega Inês Garcia, também utilizo a bicicleta em Setúbal onde trabalho e vou com a bicicleta para todos os sítios onde existe estação de "*Fertagus*" ou de "*CP*", Pinhal Novo incluído, mas Palmela continua a ser aquele sitio para onde eu tenho que vir de carro e era muito importante que isto se alterasse.

Exortamos também o executivo a estudar a possibilidade de um sistema de bicicletas partilhadas, isto é muito importante e em relação à frota de veículos que vai ser renovada como é habitualmente e vimos aqui várias tipologias de veículos e várias funções, sublinhamos, é muito importante que estes veículos sejam amigos do ambiente e sustentáveis. Existe muito agora a moda uma coisa que nos parece um bocado uma ilusão falar do gás natural, voltamos a sublinhar, é um combustível fóssil e não renovável.

Estes investimentos têm que ser pensados para longo prazo e são coisas para ontem, não são coisas para *"Ah! Vamos escolher aqui porque é um bocadinho menos mau"*, mas continua a ser um combustível fóssil e não renovável.

Tenho dito, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Luis Marques, do MCCP."

O **Sr. Luis Marque do MCCP:**

"Boa noite a todos, cumprimento as mesas, Srs. Vereadores, colegas de bancada, comunicação social e os munícipes que nos estão a ver por via streaming.

Partilho da minha colega Patrícia que realmente começar a descortinar um orçamento tão longo às onze horas da noite é um tanto ou quanto ingrato. Muitas questões poderiam ser levantadas, umas com mais importância, outras com menos importância, mas para podermos ter todas as dúvidas esclarecidas acho que nenhuma delas é menos importante que a outra.

Há aqui uma questão que no resumo o Sr. Presidente não foi assim muito descortinado, muito falada, em relação ao" PDM – Plano Diretor Municipal" e há a sua importância e aquilo que nos pode trazer de benefícios estratégicos de investimento para o nosso concelho, essa é uma questão muito importante porque nós precisamos de saber o PDM que permita que os investidores cheguem ao nosso concelho, possam rapidamente ver as suas questões resolvidas, as necessidades correspondidas e que possam de uma forma célere instalar-se e começarem a produzir e gerarem riqueza e gerarem tudo o que é importante a nível económico e desenvolvimento do nosso Concelho.

Outra das questões, que até já foi aqui falado, é a questão da distribuição das águas e da recolha dos resíduos, mais uma vez vou aqui bater aqui na mesma tecla, também já foi falado, mas que ao contrário do que o Sr. Presidente diz, *nós circulamos nas ruas e vão aparecendo e nós vamos vendo que realmente há essa falha de recolha, não conseguimos exatamente perceber o porquê*, é nos, dado várias explicações, mas que olhando para o número que depois é apresentado aqui no orçamento, será que é o orçamento que não chega, será que é a execução desse orçamento que não é devidamente feita para que se consiga dar resposta a todas essas situações.

De uma forma muito genérica, estes são os principais problemas que nós vimos os números e ainda mais com a questão das águas e do investimento que é feito no Pinhal Novo, em que são dados cerca de cento e vinte mil euros, para a interligação do deposito da Fonte da Vaca e depois é dado uma manutenção nos anos seguintes de cerca de quarenta mil euros, isto parece-me assim um bocadinho muito pouco ambicioso, no sentido em que o Pinhal Novo tantas reclamações nos chegam dos munícipes que se queixam de falta de pressão na água e de outros problemas com a distribuição da água e nomeadamente em outros pontos do nosso concelho onde ainda temos várias condutas em fibrocimento, com problemas graves consequentes que estão sempre a acontecer e se calhar a manutenção por quarenta, ou cinquenta mil euros, se não estou em erro, parece-me um pouco curto e insuficiente para que possamos efetivamente, prestar um bom serviço aos nossos munícipes.

Muitas questões aqui irão levantar em suma, uma frase final que me diz, aquilo que me salta à vista neste orçamento, é que efetivamente é um orçamento de papel para nos apresentar para já, que depois vamos adaptando aquilo que nos vai surgindo e as dificuldades que nos vão aparecendo.

Tenho dito, obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

João Costa, Partido Socialista."

O **Sr. João Costa do PS:**

"Queria trazer aqui um conjunto de questões muito na senda do que foi dito pela minha camarada Patrícia Caixinha, quando enunciamos a opção de abstenção do Partido Socialista, isto deve-se às razões que já foram enunciadas, mas também ao facto de nos parecer que em várias dimensões, este orçamento revela pouca ambição, ou pelo menos não densifica essa ambição, ou seja, se quisermos perceber para onde vai Palmela para além de uma gestão mais corrente, não conseguimos antecipar aqui uma visão de mais futuro.

Eu traria aqui cinco pontos, tentarei ser o mais breve possível em que gostaria que o Sr. Presidente tivesse a oportunidade de contrariar esta nossa perceção e eventualmente e certamente porque estes documentos são sempre limitados densificar um pouco algumas dessas opções.

Em primeiro lugar, uma dimensão que nos é cara a todos, e que me é particularmente cara, sobre o lugar da cultura em Palmela. Como sabemos a importância das politicas locai, culturais passam não só pela promoção do bem-estar das populações, pela vitalidade dos agentes culturais dos territórios mas também por uma dimensão, que é fundamental e essa é aquela que me parece estar particularmente desprotegida neste orçamento, que é garantir às populações o acesso a ofertas culturais que tradicionalmente estão concentradas maioritariamente em Lisboa e no Porto, e nós não vemos essa frente bem presente neste orçamento, há uma ênfase na dimensão do património edificado, de algumas atividades associadas ao património edificado de facto com o Castelo, com algumas outras dimensões patrimoniais da cultura, que obviamente são muito relevantes, mas não vemos Palmela no quadro dos grandes eventos culturais do país, não vemos iniciativas de âmbito nacional, ambiciosas na área da dança, do teatro, e por exemplo quando pensamos na grande programação que o "FIAR-Associação Cultural" já teve naquela que tem sido uma evolução de empobrecimento em termos de programação, gostávamos de ver mais.

Este ano de dois mil e vinte e dois, é um ano que é marcado pelo centenário de "José Saramago" e gostaríamos de ver esta comemoração de "José Saramago" também aqui em Palmela, sem ser por uma mera associação uma iniciativa que não é local, que é o "Concurso Nacional de Leitura", aliás também esta falta de uma integração e de uma coesão ao nível do concelho vesse por exemplo na disparidade de atividades entre a Biblioteca de Pinhal Novo e a Biblioteca de Palmela, todos nós recebemos evidencias de uma grande atividade na Biblioteca de Pinhal Novo e aqui a de Palmela por exemplo sabemos que Plano Nacional de Leitura, está bem presente nas escolas do concelho, mas não vemos ao contrario do que acontece noutros municípios em Portugal, uma vinculação das nossas Bibliotecas Municipais com as várias dimensões desta iniciativa e falamos

disto como podemos também trazer outros programas culturais nacionais que estão fortemente implementados noutros municípios e que aqui não conhecemos. São opções que basta ver o que se passa noutros municípios do país como Almada, Guimarães, Óbidos, Loulé para vermos o que pode ser feito, portanto a pergunta que deixo não é uma pergunta é um apelo a alguma densificação, para percebermos que ambição podemos esperar para este setor.

Relacionado com isto, este é o meu segundo ponto, serei mais breve a partir daqui. Há uma ponte entre educação e cultura que gostaríamos de ver aprofundada por um lado podermos ter um crescimento e ir mais longe nas bolsas de estudo que são conferidas aos alunos, temos trinta, mas a importância desta área é tão fundamental que até vamos propor que haja um olhar mais dedicado àqueles alunos do concelho que querem seguir estudos artísticos, estudos na área das artes que têm muitas vezes custos acrescidos, até pela concentração apenas em alguns territórios da formação nesta área e seria interessante aprofundar este instrumentos.

Três pontos finais, um sobre descentralização, sabemos que a partir de abril de dois mil e vinte e dois o processo de descentralização de competências está em pleno vigor e não vemos neste orçamento e a Patrícia Caixinha já se referiu a isto, grande reflexo ou algum reflexo seja deste passo, desta transformação que as autarquias vão ter questionamo-nos se vamos ter um novo orçamento em abril corrigido face aquilo que vai ser esse passo ou se não deveríamos estar já a ver este reflexo neste orçamento.

Quarto ponto, sobre modernização aqui era mesmo só pedir alguma clarificação, sabemos que estamos a viver em plena transição digital e este é um dos pontos fundamentais também de todos os Planos de recuperação do próprio PRR e a modernização a transformação digital, gostava sobretudo de questionar o Sr. Presidente se em termos de formação de trabalhadores da autarquia, esta é uma área que esteja a ser prevista e finalmente mais em jeito de comentário sem aprofundar muito é referido mesmo no final do enquadramento das Grandes Opções do Plano, uma preocupação com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, eles vão aparecendo aqui e ali, mas não se consegue encontrar aqui a grande intencionalidade, ou seja gostaríamos de ver neste tal orçamento que deveria ser mais ambicioso, o compromisso mais firme com os desafios da sustentabilidade que já não vivem da transferencialidade, ou seja se nós não os singularizamos e não temos ações concretas para cada um dos objetivos a transversalidade ameaça que nenhum deles seja cumprido.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Inês Garcia do MCCP."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Muito obrigada.

Relativamente ao documento, estão mencionadas várias vezes questões relativas ao meio ambiente, alterações climáticas, mas nós não vemos alterações de fundo, nós não vemos como já foi mencionado várias vezes uma visão estratégica que nos permita compreender onde é que Palmela quer estar daqui a cinco, dez, quinze, vinte anos em relação pelo menos a esta das alterações climáticas. Paris tem uma estratégia clara da cidade dos quinze minutos, Palmela não sei, é o quê, andar quinze metros de carro, fica a dúvida.

Nós precisamos de alterações estruturais que nos permitam iniciar de facto um caminho de mitigação das alterações que já existem, temos que começar a pensar em alterar o espaço público não só para acomodar estas alterações climáticas, mas também para voltar a trazer as pessoas para a rua, para o espaço público, utilizar o espaço público, o espaço público não pode ser só um local de passagem, um local de estacionamento para carros, o espaço público tem que voltar a ser um espaço de convívio, tem que voltar a ser um espaço de discussão, discussão sobre politica, discussão sobre futebol que seja, tem que ser um

espaço para as pessoas viverem não é um espaço que seja para as pessoas guardarem o carro durante a noite e contra mim falo que também tenho um carro que fica a dormir durante a noite num espaço público.

Mas temos que pensar coletivamente sobre o que é que temos para as nossas estradas, nós queremos o quê, carros a dormir durante a noite e passarem horas e horas ali, ou queremos voltar a querer crianças a jogar à bola, vocês que são mais velhos que eu, fizeram com certeza muito mais que eu, mas eu ainda cheguei a brincar na rua, é isto que nós queremos para as nossas crianças ou queremos fechadas em casa no meta verso, fica a dúvida. Não vejo conceitos neste plano sobre ilhas de calor, como é que nós vamos reduzir a temperatura do ar das ruas, como é que vamos criar pulmões verdes, jardins de bolso, coisas pequenas não precisam de ser gigantes, como é que vamos criar espaços verdes, e esses espaços verdes Sr. Presidente e Srs. Vereadores e Presidentes de Junta de Freguesia, não podem ser espaços verdes que precisem de ser regados nós vamos de precisar de beber essa água, tem que ser espaços verdes com plantas autóctones resistentes à seca e temos que abraçar o dourado do verão como uma cor natural faz parte do nosso clima nós não vivemos no norte da europa em que a chuva permite ter uns relvados verdejantes o ano inteiro, tenham isso em atenção também não é aceitável termos no meio do verão jardins públicos a serem regados à hora do almoço, no período pior. Estou a dar dores de cabeça ao Sr. Presidente de Câmara, peço desculpa."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Faça só as perguntas Inês, por favor."

A **Sra. Inês Garcia do MCCP:**

"Peço desculpa.

Sabemos que há um plano das alterações climáticas, gostava de saber quem é que o está a fazer e se é preciso ter o plano para se implementar algumas alterações que já estão feitas, já foram implementadas pela Europa, cujo resultado sabemos e que não é preciso muito dinheiro para implementar essas pequenas alterações. Vamos ficar à espera deste Plano para começarmos a agir?

Relativamente à questão da rede das ciclovias Sr. Presidente, é importante este alargamento, eu sei que houve uma reunião com a *"MUBi – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta"* à cerca de um ano talvez sobre quais são as melhores praticas para a criação de ciclovias eu não conheço o plano para a ciclovia de Aires, mas eu gostava de chamar a sua atenção de que fazer mal, utilizar o dinheiro público para fazer uma ciclovia mal feita é pior do que não fazer mais vale não fazer do que gastar o dinheiro duas vezes, fazer mal feita e daqui a dez anos ter que voltar a fazer, tenha a anotação, ainda não começaram as obras ainda vamos a tempo de pensar se está tudo como as melhores práticas daquilo que se vê na Dinamarca e na Holanda.

Relativamente ainda, pegando aqui na proposta o colega do Boco de Esquerda, sim seria interessante podermos pensar num plano de bicicletas partilhadas ou sendo isto muito ambicioso um projeto de incentivos a compra de bicicletas convencionais e bicicletas elétricas visto que os incentivos do Governo não são suficientes e não me parece que tenham interesse em incentivar alguém.

Muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado também pela sua intervenção.

Carlos Jorge Almeida, da CDU e tenho só mais uma inscrição."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Com o protesto claro de que não vou causar dores de cabeça a ninguém.

Gostaria de abordar o ponto da ordem de trabalhos que é submetida a nossa apreciação, num ângulo diferente, e não apenas do ponto de vista do conteúdo, lá terminarei, mas sobretudo do ponto de vista formal, e valorizar o enquadramento geral da proposta, valoriza-lo num plano legal, e valoriza-lo também no plano da situação económica do país a forma como a previsão do crescimento económico é adutora do enquadramento macroeconómico do orçamento acho que merece para os próximos anos, merece de facto relevo.

Depois para além destas questões, de grande pormenor, e de grande equidade, outra me parece também fundamental e convém valorizar que tem a ver com o detalhe, são informações que não tenham relevo obviamente do ponto de vista do orçamento, mas naquilo que é a informação detalhada sobretudo no que se reporta a locação financeira e ao parque de máquinas, por exemplo e viaturas a informação que é prestada sobre a subsequência de meios e a sua previsibilidade é uma informação que parecendo que é normalíssima neste contexto, devo dizer-vos, eu que tenho, enfim experimentado outros percursos e outras experiências, é raro a gestão dos municípios desta forma tão clara expor a absorvência dos meios e a realidade do parque de viaturas e do parque e depois porque mal me ficaria com certeza valorizar do ponto de vista do conteúdo aquilo que é um investimento que está afeto às freguesias em geral obviamente, a freguesia de Pinhal Novo em geral concerne e que já foi aqui mencionado e não apenas na Coligação Democrática Unitária que tem a ver com o abastecimento de água e saneamento e todo o reforço financeiro que vai ser canalizado para estas intervenções que são absolutamente necessárias e que o município assume.

Era isto em resume que gostava de deixar sendo obviamente também uma visão diferente (gravação não audível).

Muito obrigado Sr. Presidente. "

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado também.

Patrícia Valente, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Valente do PS:**

"Muito obrigada Sr. Presidente.

Em primeiro lugar vou referir que vou ser muito breve, vou falar apenas neste segundo ponto das atividades e intervenção no domínio da juventude. Este ponto dirigido à juventude não é explicativo e não apresenta propostas concretas e focadas diretamente preocupada com a juventude em Palmela, o pouco espaço do orçamento que é dedicado à juventude é de uma página num documento que tem cerca de duzentas e cinquenta páginas, isto quer dizer muita coisa, quer dizer em primeiro lugar que o texto deste documento, o orçamento está a negligenciar a juventude, está a deixar a juventude para trás e não vale a pena referir que em outros pontos do orçamento estão preocupações da juventude incluídas, porque neste ponto a forma como ele está estruturado só revela negligência para com os jovens.

Demonstra também uma incapacidade de promover um projeto coerente a curto, médio e longo prazo, para o nosso concelho e claro que isto vai ter impactos muito negativos em termos da população do nosso concelho, vai enfraquecer a qualidade de vida dos jovens, vai fomentar o êxodo dos jovens para outras terras o que por sua vez irá culminar com o envelhecimento da população e que trará obviamente outros problemas, onde eu quero deixar muito claro que a forma como o domínio da juventude está apresentado neste documento dá a indicação de que, só está lá, só para estar lá escrito alguma coisa, só para dizer que está lá a juventude, mas depois vamos ler o documento e o que é que, está lá em termos concretos, o que é que está lá para os jovens há dois parágrafos que se estão a repetir estão os dois a dizer exatamente a mesma coisa.

Neste caso, o Partido Socialista gostaria de referir que é fulcral a implementação de um projeto ambicioso e diverso no âmbito dos jovens, poderíamos começar por exemplo regularizar o papel do Conselho Municipal de

Juventude, procurando destacar membros para o CMJ, com idades mais próximas à juventude e que entendam melhor os problemas que a juventude enfrenta e não idades mais afastadas daquilo que se designa como jovem. É importante também dinamizar de forma planeada os centros de recursos da juventude, o alargamento dos horários das Bibliotecas Municipais, criação de espaços para que os alunos estudantes possam estudar, possam ter acesso a impressoras e a outros materiais e seria também importante falar dos espaços de socialização e de convívio para os mais jovens.

A mobilidade como aqui já foi referida, tem de ser novamente falada neste ponto dos jovens uma vez que prejudica principalmente os jovens menores de idade e mais pobres, mas que já podem sair de casa sem os pais, dificulta muito o saírem de casa, o irem à escola, saírem e ir ter com os amigos, dificulta até quando entram para a universidade devido aos transportes que não temos.

Mais um ponto, prometo que é o último, em relação à comunicação dirigida aos jovens que tem que, servi-los tanto no modo, online como no modo offline, para que se consiga chegar aos jovens, nomeadamente à divulgação de projetos dinamizados não só pela Câmara que também os tem, e estão lá escritos, mas também projetos desenvolvidos para os jovens a nível nacional e a nível europeu.

Vou dar um exemplo muito concreto o Programa "Cuida-te +", dinamizado pelo IPDJ - Instituto Português da Juventude, contempla um gabinete de saúde juvenil, por exemplo apoia os jovens na sua saúde mental, e a saúde mental dos jovens e com a pandemia tem vindo a ficar cada vez pior, contempla também uma parte da saúde sexual dos jovens, que é também um tema muito importante e depois há outros projetos, nomeadamente o "Discovery" que são interrail financiados pela União Europeia para jovens com dezoito anos e são projetos que já existem e que é simples dinamizar, dar a conhecer, mostrar que estão cá e estão e ao mesmo tempo estamos a apoiar os jovens, não é preciso investir assim tanto e estamos a mostrar que a nos preocupamos com os jovens. Nós devemos assumir responsabilidade ativa no sentido de ajudar os e as jovens, mostrar que estamos ao seu lado, que lhes damos respostas, mostrar possibilidades e mostrar também um plano concreto, coeso e bem estruturado em vez daquele ponto que nós temos acesso.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tenho quatro intervenções, não aceitarei mais até ao final.

Carlos Valente, do MCCP."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Boa noite, obrigado Sr. Presidente, na pessoa do Sr. Presidente cumprimento os restantes membros do executivo e o Sr. Presidente de Câmara, colegas, público, comunicação social e os munícipes que nos estão a ver.

O MCCP quando se candidatou às autárquicas, tinha e tem um princípio fundamental que é estar pelo concelho de Palmela, independentemente de as ideias virem de que setor político, que venham nós estaremos sempre ao lado daquilo que for melhor para Palmela.

Efetivamente recebemos o documento do orçamento em tempo e inicialmente até tinha uma perspetiva que fosse mais tarde e sendo um documento bastante denso era necessário recebe-lo em tempo, discutimo-lo e na verdade nós reconhecemos e revemo-nos na maior parte das intervenções que aqui foram feitas, nomeadamente na do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, quando refere os quadros macroeconómicos e todo o enquadramento que está feito, é verdade, ele está bem feito, e só temos que felicitar os técnicos da Câmara que realizaram este documento. Mas depois quando vamos mais a fundo e aqui gostava de referir-me concretamente ao Sr. Presidente da Câmara e restante executivo sentimos que falta um fio condutor, falta uma visão, onde é que queremos que Palmela esteja daqui a vinte anos, no contexto do turismo, no contexto da habitação não só social, mas toda, na capacidade de atrair mais pessoas

para se estabelecerem em Palmela, mais empresas, de que forma é que vamos reconverter ou repensar a questão dos parques industriais para que as empresas sintam atratividade também para se instalarem em Palmela, de que forma é que vamos tornar mais eficiente toda a parte burocrática dos licenciamentos e isso não se vê, não sabemos quais são as nossas prioridades, não sabemos se estamos a aplicar bem ou mal na verdade fazemos coisas e se olharmos para este documento nós não nos podemos opor, o MCCP não se vai opor, não vai votar contra este documento, seria impensável.

Por outro lado, merece que digamos que é importante, se estamos no inicio de um ciclo, este ano, dois mil e vinte e dois já não porque estamos a ultimar a aprovação deste orçamento, mas se calhar nos próximos anos vindouros seria interessante por parte do executivo estabelecer um grupo de trabalho que definisse a visão para Palmela, o que é que nós queremos para Palmela, queremos a cultura, queremos o desporto, a saúde de que forma é que vamos priorizar as necessidades que queremos para Palmela e depois com base nessa visão, nessa estratégia, nesses objetivos gerais de punir ações concretas e dar-lhes financiamento para que elas apareçam, para além das correntes.

Parece difícil, mas isto é a forma que se gere qualquer empresa e o município não é mais do que isso, não é mais difícil, é preciso é começar e ter um fio condutor e como tal, nós também não vamos votar a favor, mas também não vamos votar contra e, portanto, dizer que por essa ausência de fio condutor, de missão, de visão, de estratégia o MCCP irá abster-se.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Carlos Vitorino, PPD/PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Referir em primeiro lugar que o PSD, vem aqui dizer que está de acordo com aquilo que já nos foi transmitido pela bancada do Partido Socialista, como também com o MCCP, ou seja, esta sessão tem de ter na fase do orçamento um funcionamento diferente, é de facto, o documento de trabalho do município e estarmos numa única sessão com todo este processo acaba por ser de facto bastante penalizador para a maior parte dos elementos tanto da Câmara Municipal, como funcionários, como da Assembleia Municipal, para mim não, eu estava a entrar às vinte e três horas estou com meia hora de trabalho e vou chegar certamente a casa mais cedo, mas isto sou eu.

Por outro lado, evitaria que o Sr. Presidente, depois de terem falado três elementos do MCCP, quatro do Partido Socialista, do Bloco e apenas um da CDU e do PSD, disse que já não aceitaria mais inscrições, eu sei que isto tem que ter um timing, mas, também se houver mais elementos até da força politica que tem mais elementos a quererem falar também não deveria que tal pudesse acontecer dai que eu acho que temos que pensar que estas Assembleias que são mais demoradas, até porque o Sr. Presidente de Câmara que me perdoo um pouco a brincadeira, o Sr. Presidente de Câmara quando vai resumir algo, se um dia for resumir os "Maias" leria mais duas ou três páginas, mas é assim, as pessoas, são como são, vamos então ao documento.

Primeiro lugar, uma saudação aos funcionários pela elaboração do documento, é um documento técnico grande, extenso aliás o Sr. Membro da Assembleia Carlos Valente referiu isso, mas também é um documento que poderia ser mais pequeno, para ser mais pequeno bastava que as mesmas obras, os mesmos projetos, as mesmas coisas não transitassem repetidamente, ano após ano, de orçamento em orçamento e assim o mesmo ficaria mais pequeno ou em alternativa, poderia outras obras, outros projetos tomassem o lugar daquelas que se vão adiando, era a forma de se fazer mais alguma coisa.

Não vou aqui repetir a intervenção que o PSD já efetuou em reunião de Câmara, através do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, mas algumas notas para além da já referida relativamente às obras adiadas merecem uma

menção reforçada pela positiva a estratégia de finalmente aproveitando os Fundos do PRR se iniciaram uma politica de habitação ainda no inicio, mas que pode dar resposta a muitas famílias. Dizer também que esta politica de habitação merece também um acompanhamento especial e merece também que nas recolocações as coisas sejam feitas de modo a evitarmos a criação dos chamados bairros sociais, que tão negativamente depois afetam vários municípios vizinhos.

Pela negativa, a necessidade de melhorar em vários campos que continuam com uma resposta insuficiente e ou incipiente, como exemplos:

O abastecimento de água, da qual os Pinhal-Novenses maioritariamente se queixam, mas que por vezes o Sr. Presidente continua muitas vezes a negar apesar de ser transversal e de todas as bancadas e de todas as pessoas falarem nisto.

Oh! Sr. Presidente…"

O **Presidente da Mesa:**

"Pode continuar Sr. Membro da Assembleia, pode continuar."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Não, não, eu gosto dos apartes Sr. Presidente da Assembleia, eu gosto dos apartes, é verdade Sr. Presidente, eu agora não moro lá, quando morava lá lembro-me o que era tomar banho a dois tempos, tomar banho dois tempos era ligar a água quente, esperar que se tempera, ficava fria, ensaboava-me e depois tomava à pressa é assim que eu me lembro Sr. Presidente não moro lá, mas sei como era e sei que as pessoas se queixam exatamente do mesmo, portanto é assim, mas muito obrigado pelo aparte eu gosto muito destes apartes.

A limpeza urbana e a recolha de resíduos, onde para além do reforço dos meios se tornarem necessários alguns e bem constam do documento, também se torna necessário campanhas de sensibilização precisamente para evitar as más práticas que há pessoas que também têm e nós temos que reconhecer e por outro lado também de fiscalização, porque para além de sensibilização não resultar serão necessárias algumas medidas coercivas no sentido de tentar encontrar e punir os prevaricadores.

O turismo e cultura, temos de tentar integrar as várias ações meritórias nomeadamente ao nível associativo, ao nível das feiras, ao nível de todos os trabalhos culturais, as exposições numa politica integrada de turismo, uma politica que faça, com que quem cá vem ver um concerto vá ver as vinhas e as adegas, quem vem ao Castelo, que visite a Vila, e vá também ao Museu de Musica Mecânica ou ao Museu Ferroviário de Pinhal Novo, quem vem ao Queijo, Pão e Vinho, vá às origens dessa festa e passei pela Quinta do Anjo e visite também os Sepulcros, enfim é necessário fazer de Palmela uma marca que atraia aqui mais turistas nacionais e estrangeiros.

Nos transportes também já foi referido, temos necessidades básicas que continuam por colmatar, temos quatro estações ferroviárias, muitas sem ligações. Núcleos Urbanos sem ligação nem à sede de freguesia nem à sede do concelho, sem que as pessoas tenham acesso aos Centros de Saúde, a não ser que tenham viatura própria.

Na rede viária, muito continua por fazer, as pessoas continuam a ter que circular por aceiros esburacados e as obras como na ligação Palmela/Poceirão, continuam a ser feitas aos bocadinhos e assim vão continuar.

No que concerne ao pessoal apenas se vão substituir alguns trabalhadores, sendo certo que o concelho necessita de reforço nas áreas operacionais e de um melhor aproveitamento dos restantes e excelentes recursos humanos de que dispõe.

As queixas dos munícipes e dos agentes económicos em vários campos, são a prova dessa necessidade de melhor aproveitamento.

Mais haveria a dizer repetindo até outras intervenções, no entanto e devido também ao adiantado estado da hora, para concluir diremos que este é mais um Orçamento e mais uma Grandes Opções do Plano, que mais não são que uma espécie de evolução na continuidade sem rasgo nem ambição de um ciclo de quarenta e cinco anos que nos aproxima inexoravelmente do fim, por isso o nosso voto será contra, deixando nós PSD, para as forças politicas que sustentam este orçamento a responsabilidade de o aprovar ou de o viabilizar.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Vitorino.

Só uma nota no que me toca, se fechei o período das inscrições foi porque o tinha aberto à cerca de meia hora atrás. Abre-se o período de inscrições, quem quer inscreve-se e a seguir toma a palavra quando houver possibilidade nesta perspetiva de haver alternância nos grupos parlamentares, estou disponível para repensar estas sessões e as sessões de apresentação dos relatórios de contas, sem problema absolutamente nenhum é uma questão que na reunião de Lideres de Bancada poderemos falar nela e ajustar o que for necessário, mas recordo-vos que toda a gente sabia o que íamos discutir e mesmo assim trouxeram seis, moções, propostas, recomendações, etc. etc. e enfim, tivemos uma hora com tudo isso e aí o Sr. Presidente não tem responsabilidade, houve perguntas e o Sr. Presidente tem que responder em conformidade e aí teve muito bem.

Ana Teresa Vicente, se faz favor."

A **Sra. Ana Teresa Vicente da CDU:**

"Muito obrigada Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e os Srs. Vereadores, os Srs. Membros da Assembleia, a jornalista aqui presente e naturalmente os técnicos da Câmara Municipal aqui presentes e o público que ainda temos alguns cidadãos.

Eu queria começar por dizer, enfim, dois apartes, não no conceito que há pouco foram utilizados, mas não deixam de ser apartes. O primeiro era dizer ao Sr. Presidente, se me permite a sugestão acho que no tempo que nós estamos a viver, no que à pandemia diz respeito esta não é a melhor solução para a nossa reunião, acho que muitos de nós estaremos de acordo, temos o Cine Teatro São João, onde devíamos tentar uma alternativa estamos um bocadinho em cima uns dos outros, uns estão constipados, outros tossem, outros estão saudáveis, enfim é uma nota, ainda a pouco, antes de vir para aqui era uma das notícias que comentários dos diversos especialistas provavelmente haverá necessidade de antecipar medidas de precaução, espero que a próxima Assembleia, já seja durante uma pandemia ultrapassada e que a questão não se venha a colocar de novo, fica só este pequeno reparo.

Depois o segundo aparte é, não sei se volto a intervir e, portanto, quero aproveitar este momento para na quadra em que estamos gostava de desejar as Boas Festas a todos, um Bom Natal, com saúde, com o convívio familiar possível e sobretudo um ano de dois mil e vinte e dois com mais capacidade para enfrentarmos as muitas dificuldades que apesar de tudo a pandemia nos trouxe e nos vai deixar, aos Membros da Assembleia Municipal, ao Executivo Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara ao Sr. Presidente da Assembleia, a todos que nos acompanham ficam os votos de boas festas e de um melhor ano de dois mil e vinte e dois.

Sobre o Plano de Atividades e o Orçamento, eu gostava de dizer o seguinte; Primeiro gostava de recordar uma coisa que me parece muito interessante e que muitos dos presentes provavelmente percebem e conhecem, outros porque são mais jovens e ainda bem que são, e ainda bem que estão nesta sala, é sinal disso mesmo da renovação que as instituições e particularmente o Poder Local tanto precisa, dizer o seguinte, alguns dos que aqui estamos e eu recordo que há pelo menos três gerações de autarcas com responsabilidades neste território, neste concelho e se á uma coisa que todos sabemos e que acho que todos

partilhamos e que não mudou, felizmente e há coisas que até podiam ter mudado, mas esta não mudou é de facto o custo de uma infraestrutura qualquer que ela seja no concelho de Palmela e este é um dado que obviamente não quero tirar o mérito de todas as questões que aqui são colocadas e que abordam outros pontos de vista e que acrescente outras abordagens ao tema do desenvolvimento e ao tema do território, mas é preciso também situarmo-nos no território concreto e portanto o território concreto implica nós por um lado conhecermos um bocadinho da sua história, conhecermos um bocadinho da suas realizações, obviamente vamos ter oportunidade de ter aqui no próximo ano o momento adequado a Prestação de Contas e portanto nessa altura vamos com certeza falar muito mais do que se faz, do que já se fez neste território, neste concelho e muitas gerações, das politicas que aqui foram inovadoras e enfim, não me cabe e o Sr. Presidente da Câmara obviamente vai responder às questões colocadas, mas das politicas que aqui foram inovadoras e que portanto se calhar acabam por não ter tanto espaço na descrição do próprio Plano mas que não é por isso que são menos importantes para isso é preciso vermos os relatórios sectórias, refiro-me em concreto às questões da cultura, mas também às questões da educação e portanto eu acho que olhar para o relatório no seu todo, com a sua história também e não apenas com esta visão derrotista.

Já agora um aparte, para seguir a logica do nosso colega de Assembleia Carlos Vitorino, reparei que na Assembleia passada só reparei depois não tive a certeza e precisei de confirmação que disse que quando falou pela primeira vez que "entravamos ou saudava a Assembleia livremente, a primeira Assembleia livre" uma coisa deste género, havemos de ver na ata a sua expressão, eu de facto tive dúvidas quanto ao seu significado, mas acho que, se interpretei bem significa uma visão muito destorcida efetivamente do que é a democracia e do que tem sido a democracia neste território, mas fechando o aparte eu queria continuar com duas ou três ideias ainda sobre o orçamento.

Primeiro dizer que em dois mil e catorze quando o Sr. Presidente da Câmara iniciou o seu mandato como Presidente de Câmara e é importante nós termos esta perspetiva, porque não foi assim há tantos anos, foi há oito anos, á oito anos o orçamento era de trinta e sete virgula seis milhões de euros, fruto do quê, fruto exatamente da grande crise que se tinha iniciado em dois mil e sete/dois mil e oito/dois mil e nove e que se propagou até a década seguinte aliás há quem diga que a crise chegou até a volta de dois mil e quinze pelo menos nos seus impactos mais notórios, e hoje, nós conseguimos ter aqui um orçamento como já foi dito na casa dos sessenta milhões de euros com uma imensa capacidade de investimento eu quero sublinhar e saudar as opções feitas num município que teve durante tantos anos investimentos tão significativos que teve na área da educação. É muito importante perceber as áreas como os resíduos sólidos tão necessários isto é cuja intervenção é tão necessária no nosso concelho, mas também áreas como os transportes e as comunicações que significam por um lado a intervenção da rede viária, mas por outro lado tudo aquilo que o município tem suportado para facilitar um tema que não é efetivamente da sua responsabilidade direta, nem exclusiva e de repente dotar uma rubrica de cerca de seis milhões de euros para esta área eu acho que é uma questão central e portanto quando nós falamos e perguntamos acerca da visão para o território de Palmela eu apetecia-me dizer da minha leitura que essa visão faz parte sem dúvida continuar a cumprir o objetivo de servir com qualidade a vivencia das pessoas no território e estas são necessidade que ainda existem no concelho de Palmela, não por força dos não investimentos realizados ou dos investimentos não realizados como preferirem mas das forças das necessidades que num território como este são absolutamente inacabadas.

Outra nota que me parece importante e aqui já com um sentido um bocadinho diferente, acho que efetivamente a nossa visão apresentada neste plano é uma visão otimista, espero que se concretize a visão macroeconómica de crescimento do PIB que está prevista para o próximo ano, mas sublinhava este aspeto agora estes dias saía exatamente resultados do INE, sobre a pobreza e de facto qualquer coisa como isto *"A taxa de risco de pobreza aumentou significativamente num ano, passando a abranger dezoito virgula quatro por cento das pessoas em Portugal",* isto é um dado, é a taxa de pobreza, mas depois também á um dado, um outro indicador mais fino que diz que se acentuou que aumentou o número de trabalhadores pobres, ou seja, muitos trabalhadores continuam a trabalhar e estão mais pobres e portanto este outro dado que não está diretamente explicitado neste crescimento que nós acentuamos previsivelmente nós isto é as entidades que fazem aqui os estudos e apresentam a visão macroeconómica para o país, espero que apesar de tudo isso se confirme para que não tenhamos aqui atropelos de outra ordem.

Para terminar e peço desculpa porque já estou muito longa, acho que era importante saudar a Câmara Municipal, saudar o município de Palmela pela sua recente distinção atribuída pela Universidade do Minho no âmbito das "*Melhores Práticas Autárquicas*", que sublinhou Palmela como um município com uma candidatura com muita qualidade no âmbito naturalmente da saúde mas que é mais do que saúde é o combate ao isolamento, é integração, é inclusão, é preocupação com todos aqueles sobretudos os mais frágeis.

Muito obrigada a todos."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Rui Valente, CH."

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Gostaria de dizer que Palmela é um concelho que se encontra no top dos concelhos despertadores do país a nível nacional, facto que muito nos orgulha, pese embora um dos concelhos onde a receita fiscal cobrada aos seus munícipes é dos mais elevados a nível nacional, cinquenta e três por cento da receita fiscal, advém de impostos, taxas e licenças.

Impostos que indubitavelmente são necessários para investir, dinamizar e promover a evolução do concelho que carecem de medidas conjunturais específicas para fazer face às necessidades mais imediatas, bem como medidas estruturais para construir um futuro com visão estratégica.

Palmela não pode apenas ter como objetivo único, fazer face a despesas correntes, fazer algumas celebrações festivas e manter aquém da evolução necessária, é um concelho onde se podem ver pessoas com carrinhos de crianças nas bermas das estradas em terra batida, onde os abrigos para transportes públicos estão danificados, abandonados e alguns dos casos inexistentes, onde as pessoas aguardam por autocarro no meio das ervas, por vezes à chuva, onde os lixos e entulhes são despejados em terrenos com escassa fiscalização e com poucos meios dissuasores para evitar que estas situações aconteçam, entre outras situações que demonstram que ainda existe muito caminho a trilhar.

Este Orçamento e Grandes Opções do Plano, deixam algumas áreas fragilizadas e noutras parecem-nos mal distribuídas, vejamos por exemplo no desporto; Palmela tem cerca de metade do valor recomendado pelo Conselho da Europa em superfície útil por habitante, tendo nos seus estremos, a Marateca com oito ponto três metros quadrados por habitante e Quinta do Anjo, por apenas um ponto seis metros quadrados por habitante este orçamento para além dos contratos com a Palmela Desporto os únicos investimentos a salientar são o "Campo de PADEL" no Pinhal Novo, a "Requalificação do Polidesportivo do Poceirão" e o Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela", existem ainda alguns programas e atividades desportivas e importantes sem dúvida mas que não satisfaz as necessidades dos munícipes nomeadamente os mais jovens que necessitam de infraestruturas para poderem praticar desporto, por exemplo Campos de Basquete, futebol, skate parques entre outros, entendemos que a aposta no desporto é insuficiente para dar as condições às crianças e jovens.

Na educação apesar do crescimento da população verificado nos últimos "Censos" a única freguesia do concelho que cresceu na faixa etária do zero aos catorze anos, situa-se na Quinta do Anjo e vejamos os investimentos a nível da educação, estão previstos até dois mil e vinte e cinco e vinte e seis, construção de Escola no Pinhal Novo, construção de Escola em Palmela e apenas uma ampliação da Escola Básica de Cabanas.

Nível de espaços verdes e zonas públicas, corroboramos aqui aquilo que o Sr. Vereador Carlos de Sousa, partilhou na última reunião de Câmara de treze de dezembro, onde é necessário trabalhar o embelezamento do concelho e tratar de algumas rotundas que estão um pouco abandonadas, posso dar por exemplo no

sentido norte/sul da EM/510, na entrada para a Quinta do Anjo onde se não chover é um total campo abandonado.

Depois a nível das empresas e do trabalho que a autarquia tem desenvolvido, saudamos o incentivo e o apoio às empresas, pois são elas que dinamizam e permitem à sua população que tenha melhores condições de vida, mas é necessário também acautelar a forma como os incentivos que pretendem dinamizar a criação de empresas, por exemplo a Incubadora de Empresas no Pinhal Novo, que é de salutar, mas deve de ter algum enquadramento com a oferta existente no município em particular para não concorrer com essas empresas existem empresas que oferecem os mesmos tipos de serviços e onde não foram auscultadas para perceber quais são as preocupações nesse âmbito.

Abreviando aqui um bocadinho, nas despesas verificamos um crescimento praticamente de dez por cento ao ano com a deposição de resíduos sólidos urbanos na ARMASUL, valor este que cresce exponencialmente quando comparado com a inflação e a questão que nos coloca é como é que vamos tornar esta despesa sustentável se bem que no documento diz que as receitas da água poderão compensar esta despesa, mas vesse perfeitamente no gráfico que a receita não está a acompanhar a despesa portanto é preciso tomar algumas medidas se não qualquer dia no futuro andamos a contrair empréstimos para fazer face a essa despesa.

Por último, nem tudo é negativo, existem também alguns pontos positivos e gostaríamos de salientar a evolução positiva no decréscimo do endividamento que tem vindo a acontecer desde dois mil e treze a dois mil e vinte, no entanto para dois mil e vinte e um e vinte e dois, salientamos já um aumento significativo e que não sabemos onde é que irá parar a dois mil e vinte e seis, pois o que está mencionado no documento é caso não se contraiam novos empréstimos. Preocupa-nos um pouco que nos próximos anos esse valor volte a aproximar-se dos valores que tínhamos anteriormente.

Com isto manifesto que o CH, irá votar contra este orçamento.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino, é para defesa da honra, trinta segundos de rodapé."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Não será defesa da honra, mas será obviamente um esclarecimento rápido, já agora dizer-lhes que estamos em cima da meia-noite e o Presidente irá fazer a pergunta sacramental e para nós já que cá estamos vamos continuar, fica já a resposta do PSD dada.

Sra. Membro da Assembleia Ana Teresa Vicente, ainda bem que colocou aqui essa questão e essa duvida porque se não ficaria com um mal-entendido de algo que não tem nada a ver com aquilo que eu disse.

Eu estive na Assembleia Municipal do Barreiro, sobre a Presidência do Hélder Madeira, Presidente e alguém com alguma amizade, o mesmo com o Vítor Borrego em Palmela e quando a Sra. Membro da Assembleia, esteve como Presidente, não diria com amizade, mas diria sempre com respeito consigo e consideração. Longe de mim que aquela afirmação que eu fiz tivesse alguma coisa a ver com a questão da Presidência da Assembleia Municipal atenção nada disso, eu referi que estávamos neste dia "25 de Novembro" aqui reunidos em liberdade, porque era um "25 de Novembro" e eu nos dias "25 de Novembro" eu gosto de estar reunido em liberdade, sei que não ficam chateados por uma coisa, ficam por outra, mas é assim no dia "25 de Novembro" eu gosto de estar reunido em liberdade.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Vitorino, percebemos.

Sr. Presidente se faz favor."

Ah, peço desculpa, é meia-noite vamos continuar a sessão ou querem voltar amanhã?

Então continuamos Sr. Presidente se faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Procurarei seguir a ordem das questões, algumas, vou responder conjuntamente e fazer também aqui as explicações daquilo que obviamente tem que ter explicação e eu farei também comentários políticos na medida em que algumas intervenções disso não passaram.

Sra. Membro da Assembleia Patrícia Caixinha, espera que cumpramos o orçamento, também nós, e uma questão recorrente em duas ou três intervenções à falta de melhor visão critica do orçamento e da gestão, referirem a miude a questão de obras repetidas, de obras reprogramadas, vamos dizer assim, pois bem eu não sei em que país V. Exas. vivem, mas era bom perceberem um pouco desde o Governo que não cumpriu praticamente com nenhum investimento prometido, está à espera dos Fundos do PRR a nível nacional, mas sobretudo às autarquias também das vossas forças politicas, quantas obras do mandato anterior têm em curso, quantos concursos ficaram desertos e quantas obras estão paradas neste país, porque á muitas obras por todo o país paradas desde grandes cidades como o Porto, Aveiro e outras em muitos concelhos do país e quantos concelhos desistiram inclusivamente dos Fundos do "Portugal 2020", Alcochete por exemplo que é da vossa cor politica e que não executou candidaturas que estavam aprovadas e isto Sras. e Srs. Membros das Assembleia, os senhores não tinham mais vontade do que nós de ter as obras todas prontas e de fazermos inaugurações com pompa e circunstancia como V. Exas. gostam a nós interessa-nos ter as obras prontas, sabe porquê, porque de facto há um conjunto de situações conjunturais, passo o pleonasmo que quem anda no "*métier*" e conhece e é preciso perceber o que é que tem estado a acontecer com as obras publicas em Portugal desde a muitos anos, quem é que destruiu a economia, quem é que destruiu as empresas, quem é que deixou o capital humano, os especialistas, os técnicos, os engenheiros para não falar nos enfermeiros de irem para outros países, quem é que deixou o país sem grandes empresas de construção de grandes empreitadas de várias especialidades, agora nesta meia dúzia de anos têm estado a organizar e não têm mãos para ir a jogo, não tem pessoal para ir a jogo, para além da escalada dos preços.

Obras da Ribeira da Salgueirinha, trabalhos complementares, etc. a verba que aí está é a verba dos autos que vamos pagar até final da empreitada os adicionais são informados em reunião de Câmara tivemos uma coisa a volta de cinquenta mil euros de uma vez somos capazes de ter mais é tudo devidamente fundamentado e detalhado e escrutinado e devo dizer a V. Exas. que grande parte das nossas empreitadas pelos valores que atingiram tem também escrutínio de outras entidades, nomeadamente do Tribunal de Contas e os adicionais e os contratos também.

Há que ter isto em consideração Sras. e Srs. membros da Assembleia, isto acontece em todo o lado, para além de haver obras porque têm programação plurianual a obra da Ribeira da Salgueirinha, programada e apoiada pela Secretária do Estado do Ambiente com a Agência Portuguesa do Ambiente, foi perspetivada para durar três anos e a reprogramação é aprovada e é aprovada porque há fundamentos sérios, objetivos, juridicamente avalisados para assim ser, mas isto é valido para a Ribeira da Salgueirinha como é valido para um conjunto de outras obras, ficam à espera de autorização de entidades externas, ficam à espera de expropriações de terrenos em processos morosos, exatamente, ficam à espera nove meses do visto do Tribunal de Contas, mas nós estamos cá para enfrentar isso tudo.

Essas obras não vão fugir, nós não desistimos de nenhuma candidatura e até dois mil e vinte e dois pretendemos ter as obras todas prontas que é o prazo limite e não é por acaso que depois veremos no ranking do Programa Operacional *"PT 2020"*, quem é que executou, nós pretendemos, conclui-las e não desistir delas.

O "HUB 10", as obras estão a decorrer Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não é visível pois bem os senhores só vêm quando começam a ver o alcatrão aquilo tem obras de drenagem, tem poços de infiltração, tem expropriações de terrenos, primeiro trabalha-se as bermas, trabalha-se os poços de infiltração e depois é que se começa a meter lancil ou começam a ver a ciclovia de um lado e do outro, estamos a falar de uma obra de um milhão e meio, de quatro quilómetros de extensão e bastante complexa num território onde alguém destruiu linhas de água, onde deixou emparcelar e construir fruto de outros tempos de ausência de planos etc. etc. e que nós estamos a resolver problemas que ninguém resolveu e para permitir que continua a haver investimento de empresas e não só.

"Janela da Arrábida", por exemplo Sras. e Srs. Membros, nós lançamos três vezes a empreitada, três vezes ficou deserta, arranjamos um ajuste direto que nos permitia depois de a empresa arranjar um ajuste direto, não entregou os documentos de habilitação, desistiu por causa da escalada galopante dos preços, começamos com uma obra, esteve em concurso espero que já tenham entrado as propostas por cerca de oitocentos mil euros, esperemos que tenha havido propostas desta vez.

A questão da habitação social, Sra. Membro da Assembleia, Palmela felizmente nunca foi muito pressionada por esse flagelo e talvez por isso tenha um parque habitacional reduzido, ainda bem, porque os problemas dos nossos munícipes que criam habitação não eram esses, os munícipes criam apoio para legalizar as suas casas nós tivemos programas que combateu barracas, noutros mandatos nós arranjou um parque habitacional à medida, sem quaisquer apoios, com o distanciamento do "*IFRU2020 – Instrumento Financeiro reabilitação e revitalização urbanas*" quando os Srs. vem hoje dizer aqui "*ah! mas Palmela vai ter uma estratégica local de habitação graças ao Governo*" os governos atrasaram-se durante muitos anos para garantir este direito constitucional, aliás se à atraso como V. Exas. querem dizer é um atraso da competência e da responsabilidade da Administração Central que foi incapaz durante quarenta e cinco anos de democracia quase cinquenta anos de resolver este problema e depois lá viu que afinal isto só lá vai com uns Fundos Europeus e com as autarquias a fazer aquilo que nunca conseguiram fazer, e nós aceitamos esse desafio, estamos cá, e os números que os senhores têm, têm porque nós elaboramos, estudamos, fizemos o levantamento das necessidades de uma estratégica local e é isso que nós nos propomos implementar e oxalá que haja empresas desde a conceção, desde a reabilitação, desde a construção que permitam aplicar dos Fundos a tempo e horas nós trabalhamos todos os dias nesse processo devo-lhe dizer que tenho muitas duvidas que o país chegue ao final de dois mil e vinte e seis e tenha as trezentas e oito estratégias locais de habitação completamente consolidadas e implementadas, tenho muitas dúvidas podem até dizer que o dinheiro vai-se gastar todo, vai-se gastar todo é porque alguns gastam-no primeiro do que os e depois não chega para todos. Mas devo dizer-lhe que se não houver uma aposta forte, nos salários, na especialização, das empresas, etc. etc. não haverá gente suficiente para o conjunto de investimento que a á fazer neste país e que ainda assim Portugal é dos que melhor executa, temos que ver isto no panorama da União Europeia.

Quando falamos também aqui que o orçamento é para cumprir eu quero recordar a V. Exas. que basta consultarem os resultados do ano anterior para perceberem entre a receita e a despesa qual foi o município da Área Metropolitana de Lisboa que teve o melhor indicie de execução já apresentei estes dados publicamente, são indesmentíveis ficaram muito preocupados porque baixamos de oitenta e sete vírgula quatro para oitenta s sete virgula dois, mas Palmela teve a melhor execução da Área Metropolitana de Lisboa e teve a melhor curva ascendente de investimento e portanto temos aproveitado todas as oportunidades para promover o desenvolvimento, recuperar atrasos, e pôr o nosso município na linha da frente com um conjunto de indicadores que é muito difícil competir, porque somos um concelho diferente dos outros nós temos quatrocentos e sessenta e cinco quilómetros quadrados, nós neste momento estamos apostados em fazer uma Operação Integrada de Desenvolvimento para as Freguesias de Poceirão e Marateca, para elevar aqueles indicadores através de um Plano de Ação para as comunidades desfavorecidas porque eles também precisam de equipamentos desportivos mas também fazemos escolas onde há crianças, é para isso que existe uma carta, é para isso que existe Planeamento.

Sr. Membro do Chega não é dizer "*ah! Cabanas é só uma ampliação*" nós acabamos de ampliar Cabanas, todos os alunos têm aulas e têm salas, a nossa opção é, ou compramos um colégio privado, um edifício em más condições ou fazemos uma coisa como nós gostamos de fazer que são equipamentos de qualidade porque Palmela é reconhecido há muitos anos pelo investimento que faz na qualificação do seu parque escolar acima da média do país.

A miude se fala das questões da água do Pinhal Novo, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, houve dois acidentes críticos em dois mil e dezassete com uma obra feita em cima das eleições, não foi por nós a desejássemos foi os nós na zona sul, até aí as queixas de pressão no Pinhal Novo situavam-se em três pontos e ninguém os conhece melhor do que eu, Rua São Francisco de Xavier, Monte Novo junto à Escola Secundária nuns prédios que estão acima da cota do deposito e numa outra zona também Monte Novo segunda fase. Deixou de haver problemas porque houve dois acidentes críticos em condutas adutoras e não estava feito a costura da rede entre os novos furos Vale Flores, conduta da Gago Coutinho que acabamos de a reabilitar e todo o trabalho que temos feito e planeado à medida que novos loteamentos iam cosendo a malha, porque há água com fartura e abundancia, nós temos os furos de captação a bombar o problema foi das ligações e foi de incidentes críticos da rede. Devo de dizer a V. Exas. que este ano vos deu um jeito para as eleições a todos, porque de facto a gente ouve falar de uma coisa e depois é por semelhança e de facto ouve problemas na rede em duas ou três semanas durante o ano e devo-lhe dizer que o conjunto de reclamações por falta de pressão não ultrapassou durante o ano as seis dezenas de reclamações entradas no município, nós conhecemos outras é preciso de explicar isto às pessoas porque as medidas que estamos a tomar e as que temos no plano, estão devidamente estudadas por quem sabe da matéria os nossos técnicos da área, serão medidas que garantem quer a qualidade, quer a pressão, quer a abundancia de água seja no Pinhal Novo ou seja noutros locais porque nós também temos problemas na rede noutros locais e às vezes não é na rede envelhecida como já tive a oportunidade de explicar, e há incidentes críticos, também ninguém sabe explicar, a Sra. Presidente da Junta, teve na semana passada uma rotura em Poceirão, o problema é da conduta? É da vetustez da conduta? Não é, ainda não se percebeu porque é que houve um incidente daquela natureza que às vezes começa no ramal, mais de setenta por cento das nossas intervenções do piquete, não são na rede são em ramais mal-executados por empresas, por subempreiteiros, por ligações a prédios, por ligações a moradias e estes indicadores fazem parte da matriz da água que convido a conhecer são importantes para perceberem o investimento que nunca deixou de ser feito nesta matéria e ainda vamos ter que fazer mais, porquê? Porque crescemos, porque temos mais necessidades, temos novas empresas a fixarem-se, temos novos residentes a fixarem-se e é por isso que também temos um planeamento que já é visível parcialmente no nosso plano e até já vamos fazer os nossos furos na zona da Asseiceira/Fernando Pó, vamos ligar novos reservatórios na Quinta do Anjo. Este trabalho das águas nunca está terminado, eu espero é que haja fundos do "POSEUR-Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos" para apoiar os municípios que efetivamente precisam e que os critérios sejam diferentes daqueles que foram até aso momento.

Questões da mobilidade Sr. Membro do Bloco de Esquerda, completamente de acordo, acredite que aquilo que nós fazemos é feito com as pessoas, nós não chegamos ao desenho da rede para propor à Área Metropolitana de Lisboa intuitivamente nós fizemos estudos, soluções de transporte em território periurbano, nós testamos, nós falamos com as populações, com os Presidentes de junta, nós ouvimos pessoas e não é por acaso volto a dizer que somos o município que tem maiores expetativas e que tem maior crescimento da rede e devo anunciar porque já reunimos com a empresa que ganhou o (Lote) daqui que em principio é o primeiro (Lote) a arrancar na concessão já falei aqui no dia um de junho, ficamos também satisfeitos com o número de autocarros sustentáveis e com combustíveis limpos e com a metodologia que vai ser utilizada, quer de informação, quer das novas paragens, que de novos abrigos é um investimento muito grande e nós estamos conscientes que estamos no território que mais problemas tem de mobilidade.

Aliás, neste momento já se estudam alternativas à Concessão, porque nós tememos pelos números que temos, dos números de passes, do número de utilizadores que tenham de ser feitas afinações no circuito porque ninguém quer estar a pagar autocarros aqui para trás, e para a frente com uma pessoa lá dentro e por isso estudamos as questões do transporte flexível e outras questões de intermodalidade e de micromobilidade, estamos a falar de ambiente foi aqui muito falado, mas não é do plano teórico nós temos que conhecer a malha a vida real das pessoas e as soluções que temos para ir ao encontro dessas necessidades.

Ciclovia entre estação de Palmela, Palmela, Aires, outras ciclovias ligação a Cabanas que finalmente está desbloqueado só nos falta ali a assinatura de um terreno de um proprietário para lançar o concurso em janeiro, a ideia que temos de ligar Padre Nabeto, Escola de Aires a Setúbal que foi bloqueado pelas equipas das Infraestruturas de Portugal, lá está nós estamos a trabalhar em corredores que não são nossos nós não

estamos a fazer ciclovias em terreno desbravado que podemos desenhar à nossa vontade quando houve um terramoto e o Marquês de Pombal pode desenhar à vontade, não nós aqui temos desafios enormes pela frente, são desafios de infraestruturas, são terrenos particulares, são espaços canais das Infraestruturas de Portugal e trabalhamos nisso aturadamente. Os nossos técnicos andam nas mesmas escolas, estudam as mesmas coisas que nós estudamos teoricamente, seja em universidades, seja na prática, debatem, discutem e discutem com as pessoas.

Bicicletas partilhadas é um compromisso também da CDU nesta matéria, não tem que estar aqui discriminado ainda porque isto faz-se de diversas formas é como a micromobilidade, eu não preciso de por aqui no orçamento a micromobilidade e as trotinetas, não preciso de investimento eu tenho é que arranjar espaço publico para isso e candidatar-me eventualmente a uma Rede de Bicicletas partilhadas quando houver programa para o efeito. Mas a rede de ciclovias vai crescer no concelho em outras ligações entre as localidades, são essas que resgatam carbono.

Frota de veículos, não temos preconceitos experimentamos tudo não conheço ainda veículos de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos elétricos, há, mas eu não conheço no mercado em Portugal e prontos para entrega, por isso vamos experimentar a gás, mas mantemos o gasóleo não há alternativa quando houver outros estamos a fazer a renovação da frota elétrica nos nossos veículos ligeiros, esta semana candidatamo-nos a mais dois, só veio um não interessa já é uma comparticipação interessante é isso que estamos a fazer paulatinamente.

Plano Diretor, investidores, é verdade o novo Plano Diretor tem um paradigma muito diferente, chega de dispersão geográfica o investidor não é aquele que chega aqui encontra um terreno muito baratinho em agroflorestal e diz quero fazer aqui uma industria que trás quinhentos postos de trabalho porque é muito boa para o ambiente, não, chega, porque a primeira defesa da preservação do ambiente e de um território sustentável está com um correto ordenamento do território, por isso nós falamos em rearrumação de funções as empresas tem que estar onde têm que estar em parques qualificados, temos propostas concretas tenho até uma reunião marcada com o Sr. Secretário de Estado sobre esta matéria, diz que vem almoçar a Palmela comigo neste período de transição das legislativas acho que não vamos ter tempo, mas temos ai conversas sobre o assunto agendadas para requalificar o nosso parques mas eu não confundo investimento com especulação imobiliária, aquela pessoa que quer chegar aqui e quer fazer aqui um empreendimento turístico não é por cima de toda a folha, desculpem eu tenho que falar assim e quem tiver duvidas a gente discute caso, a caso, daqueles que dizem "*eh pá colocaram obstáculos*" ainda bem, nós temos um tesouro a preservar, nós temos a maior estrutura ecológica da Área Metropolitana de Lisboa, quando fala de clima e de plantar árvores não é só nós plantarmos arvores é não deixarmos abater a maior mancha florestal que temos, felizmente as opções foram tomadas por exemplo para Rio Frio, saem de um paradigma de especulação imobiliária, de turismo, de resorts para agroflorestal a cortiça tem valor e a floresta precisa de ser bem tratada e esse corredor vai continuar vai ligar desde o Rio Tejo ao Rio Sado, isto é mais importante do que plantar mais de mil árvores.

O nosso Plano Diretor estará em discussão pública no primeiro trimestre do ano, está a ser muito difícil batalhar já na especialidade com várias entidades o documento que apresentamos não é uma revisão é um Plano completamente novo, é um paradigma completamente novo, mas é um paradigma sustentável do território e Palmela será o território distintivo por essa qualidade ambiental na Área Metropolitana de Lisboa. Não queremos fazer como outros, já estragaram tudo, já não têm nada a preservar, queremos preservar, queremos arrumar funções e queremos incentivar quem nos faz bem.

O lugar da Cultura em Palmela, Palmela já tem marca na cultura Sr. Membro da Assembleia, Palmela já tem marca na cultura como terra de músicos, como terra de cultura, artes, plurais e preformativas, Palmela tem essa marca e é reconhecida mundialmente.

Temos alguns festivais, que, aqui referiu, o Fig, o FIAR, o Festival Internacional de Saxofones de Palmela, conhece algum? Sabe quantos há na Europa, de onde veem grande parte dos professores para as Masterclass, de facto nós já temos essa imagem, já temos essa marca, apoiamos que está nesta estrutura e que faz connosco e quero dizer que relativamente a companhias de referência quantas companhias de dança profissionais há no país uma está em Palmela é residente está no Cine Teatro São João e que apoios têm tido o FIAR, a Dançarte, o Bando mas o que seria destas estruturas profissionais de referência em Palmela que

também projetam Palmela, trazem gente a Palmela, levam Palmela a festivais internacionais se não fosse o apoio permanentemente mesmo em anos de grande crise e dificuldade do município quando a "DGArtes - Direção-Geral das Artes" desapareceram e deixaram de apoiar, nós teremos este ano uma programação no Cine Teatro São João invejável, não é só por causa do seu aniversário mas também por causa do aniversário da Dançarte, são questões que não podem nem devem estar aqui especificadas mas hão-de aparecer, também nos candidatamos colocamos as coisas no plano quando temos as coisas asseguradas nem podia ser de outra forma, porque de orçamentos virtuais nós já conhecemos outras realidades e portanto para onde vai Palmela dir-lhe-ei no final da minha intervenção.

Sobre a descentralização, a descentralização tem os seus timings, e tem sobretudo um timing para negociação, nós não vamos ter poder de nada Sr. Membro da Assembleia, esta descentralização é um embuste, nós vamos ser operadores e encarregados operacionais e vamos implementar as políticas que o Governo decide e isto não é descentralização vocês vão por as questões dos equipamentos, dos trabalhadores, da falta deles às portas da Câmara Municipal mas nós não temos medo, agora também não temos medo de dizer a verdade, eu não tenho medo já disse isto ao Sr. Primeiro-ministro, nós não temos medo da descentralização mas também não temos medo de dizer a verdade, que esta descentralização está mal negociada e vai dar muito mal resultado. Aliás, é interessante, nós no Congresso na Associação Nacional dos Municípios nos corredores falamos com autarcas de várias forças políticas que vão para ali depois dizer "*Não, isto vai valer sempre a pena*, as pessoas ficam sempre melhor servidas." Pudera, pudera, mas é com responsabilização do Estado, nós não temos medo mas temos de negociar bem e é aquilo que estamos a fazer, fizemo-lo na área social, vamos fazer na quarta-feira com a educação e vamos fazer na quinta-feira com a saúde, mas aqueles valores, aqueles mapas, aquilo tem que ser revisto e temos que saber depois a que verbas do PRR e outras vamos para suportar as despesas que alguns já aderiram à descentralizam e que se queixam lá nos corredores do Congresso ainda não receberam mas depois vão lá todos votar a descentralização, aliás o Congresso serviu só para o nosso Primeiro-ministro fazer a apresentação da estratégia para a regionalização.

Nestas e noutras matérias devo dizer-lhe que aquilo que investimos na cultura, no património, na rede de bibliotecas é bem superior à percentagem que o Governo tem para estas áreas, mas também lhe devo dizer que conheço mérito em alguns programas nacionais, mas nós não somos obrigados a faze-los, nem estar ligados a essas redes é para isso que temos autonomia nas autarquias, temos os nossos projetos próprios e até ficamos muito felizes por saber que alguns projetos do município de Palmela, projetos emblemáticos nestas e noutras matérias, até inspiraram alguns Governos a fazerem a nível Central através dos seus institutos programas semelhantes, aqui do ponto de vista ideológico já nos conquistaram-nos um bocadinho.

PRR, digitalização, modernização, nós estamos a par, é indispensável acompanhar esse salto e temos que estar nesse comboio de alta velocidade, aguardamos as medidas, aguardamos as opções politicas dentro do "2030" e em particular do PRR para a matéria aquilo que ouvimos até ao momento financia e bem as questões digitais nas escolas secundárias, mas é preciso ir mais longe ainda estamos à espera dos computadores negociados, espero que venham a tempo e hora houve problemas no fornecimento e no fabrico é como as empreitadas, prometemos para um ano mas depois aparece um ano depois, não sei se vai aparecer agora antes das eleições.

Alterações Climáticas, visão, pois bem é preciso muita coisa que ainda não conheceis no nosso território, a Ana Teresa Vicente já aqui apelou e bem, a conheceremos melhor a história, aquilo que está feito, aquilo foi feito e aquilo que está a ser feito nesta matéria e são de facto muitas medidas integradas é preciso conhecer o "Plac" e é preciso perceber que isto não se resolve com parangonas nos planos e orçamentos, isso estamos nós fartos há quem escreva coisas muito bonitas mas não concretize, agora nós em todas as nossas ações transversalmente temos essa preocupação, dei este exemplo aqui há pouco tempo nós preferimos pintar uma ciclovia com essa verba plantar arvores ao longo da ciclovia porque a sombra é importante, o resgate do carbono é mais importante do que a cor colorida da ciclovia. Isto é uma opção, nós aquilo que fazemos no combate às perdas de água e da eficiência energética é uma opção, nós aquilo que fazemos na área do novo contrato de gestão de eficiência de energia para a rede de eficiência de energia publica, como dizia o Sr. Vereador nos anos do contrato resgata o carbono de duzentas mil árvores, nós temos a maior estrutura ecológica metropolitana, temos intenção de ao longo da Ribeira da Salgueirinha que não vai ficar por ali, esperemos que ela continue no futuro até outras freguesias queremos também criar um corredor ecológico e

um grande pulmão verde, e um grande espaço natural fruto para a população e portanto estas matérias serão explicitadas no orçamento há medida que as obras decorram.

A Membro da Assembleia Inês Garcia, ainda não conhece os projetos da ciclovia e já diz que está tudo mal e que fazemos tudo mal vamos ver teremos como sempre muita disponibilidade para conhecer experiências, para conhecer o que é que pode ser melhorado e também para apresentar a tese dos nossos técnicos que também pensam e refletem sobre o assunto e que às vezes conhecem melhor que ninguém outro tipo de constrangimentos porque estão no terreno e sabem como é difícil às vezes implementar às vezes as soluções que, nós gostamos e perseguimos as ideais para conquistarmos o possível temos muitas vezes que sonhar com o impossível e nós temos também essa ambição.

Eu queria dar nota à Assembleia, que só em matéria de atração de matéria de energia verde o conjunto de parques solares fotovoltaicos que temos licenciados no território, não precisamos de chegar ao "*Pacto dos Autarcas*" e estabelecer a meta para dois mil e vinte e dois mil e vinte e cinco, já ultrapassamos essas metas todas e com estes parques já estamos a contribuir já ao nível da Península Ibérica para aquilo que era a responsabilidade de Portugal, temos território é um facto, mas também nessa matéria somos ponderados temos preocupações com questões paisagísticas, não queremos que o nosso território visto do ar pareça apenas um espelho, gostamos muito do verde, gostamos muito das linhas de água, pouca gente preserva.

Uma questão importante que parece não ser visível num Pacto, aquilo que se faz no ordenamento do território, no combate à edificação dispersa e às soluções de fossas séticas porque há contaminação do equífero e por isso o investimento que estamos a fazer em saneamento, levar a zonas onde nenhuma entidade reguladora aprova, porque não há um investimento que tenha retorno nos prazos de qualquer entidade privada faria, desaconselham-nos a esse investimento é um dos melhores investimento que estamos a fazer no ambiente, os senhores não calculam estas zonas periurbanas que ainda não têm esgotos, o que acontece naquelas valetas aquelas linhas de água eu sei eu vivo no campo e observo e isto que estamos a fazer é um passo de gigante também nas questões de ambiente e nas alterações climáticas protegendo também os nossos espaços naturais e tratando também das nossas linhas de água..."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Para concluir Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Politica de Juventude, não se pode falar daquilo que não se conhece bem, conhece-se programas informativos, conhece-se coisas do IPDJ, mas é preciso conhecer aquilo que é feito no concelho, para já temos que dar continuidade aquilo que é bem feito e que os jovens aplaudem e querem, quero dizer que o documento tem cinco páginas, não tem uma página, foi aprovado no Conselho Municipal de Juventude, com uma abstenção do Partido Socialista, não somos nós que definimos a composição do Conselho Municipal de Juventude aliás fomos contra este modelo do Conselho Municipal de Juventude aprovado por um Governo que não é o meu, porque os anteriores fóruns e Concelhos Municipais de Juventude, esses sim tinham jovens da sua idade e mais jovens ainda de associações juvenis informais que trabalham muito do que muitas formais e é junto desta discussão de comparticipação juvenil que nós queremos construir um plano de trabalho com a juventude, fá-lo-emos também é compromisso deste Mandato realizar um fórum dessa matéria e ter um programa de participação especifico como já temos para as crianças, para os trabalhadores, já temos para a população faremos um especificamente para os jovens e eles vão determinar e muito aquilo que é, que serão as opções politicas e em matéria de obras e de investimentos e de ações s futuros orçamentos municipais.

Carlos Valente, não há aqui obstáculo ao investimento, todo o investimento é bem-vindo, mas sobretudo aquele que vem para acrescentar valor e que não vem criar problemas ao território e por isso quero falar-lhe que mesmo em contraciclo depois de terem desaparecido centenas de empresas, nós temos setecentas e noventa novas empresas no concelho.

Quero recordar-vos que se nós fomos o terceiro concelho que mais cresceu no país é porque as pessoas reconhecem que este território atrai, tem valor, mesmo hoje fui ao médico uma pessoa tinha visitado o nosso concelho não é de cá, é de Lisboa, mora em Belém está maravilhada já está a pensar em vir para cá também mas as pessoas se vêm para cá, é porque consideram que há aqui boas escolas para os seus filhos, que apesar de termos tantos problemas para resolver seja no lixo, seja nas estradas etc. que este é um espaço de descompressão que permite ter o melhor em muitos locais da vivencia urbana e cosmopolita e ter também o melhor daquilo que é endógeno, porque é natural.

E a visão, para não me alargar aqui para decompor aqui alguns aspetos que temos para o território, temos visão estratégica e nós sabemos que um território com desenvolvimento sustentável, mas com várias vocações e é por isso que os nossos setores tradicionais são acarinhados, acrescentam valor, são grandes portadores, não queremos ficar pelos vinhos, queremos ir às frutas, queremos ir aos frutos vermelhos, queremos ter um grande Polo Logístico no concelho como estamos a trabalhar para isso. Palmela será também uma terra de cultura, de musica, de artes, do audiovisual, pelo conjunto de redes e de sinergias e de investimentos que temos programados para o território com investidores privados, mas também com investimento público, na área da Energia Verde estaremos no "Top ten", na robótica, na industria ponto quatro já vamos a caminho do ponto cinco, basta ouvir pessoas como o Eng.º Mira Amaral estivemos juntos recentemente a outros ou as empresas que tive o privilégio de inaugurar algumas e de lhes dar as boas vindas aqui na zona do Parque Industrial da Autoeuropa mas também noutros locais empresas com trabalho qualificado, que respeitam os trabalhadores, com práticas ambientais consideráveis e que acrescenta um enorme valor neste ecossistema, nós teremos sempre uma vocação que mais do que o urbano, o rural, que também na área do turismo não se pode limitar ao turismo patrimonial que tem agora o turismo religioso, tem o turismo natureza, são estas vocações que o Plano estratégico também irá dar nota da riqueza desta diversidade e desta complementaridade, nós teremos sempre futuro, mas teremos noção que há muitas matérias que poderiam já estar ultrapassadas se não tenhamos estado tantos anos em subdesenvolvimento num país atrasado e que nos retirou o concelho e que nos tratou o Portugal profundo aqui há beira de Lisboa desde as reformas de Mouzinho da Silveira e outras, e outras reformas como as das freguesias que os coveiros das freguesias não querem admitir que levaram a que Poceirão e Marateca não tivesse acesso a fundos majorados no "PDR2020" que não são consideradas rurais ou que não tivessem acesso às freguesias mais desfavorecidas, mas vão ter, vão ter um plano que apresentaremos também aqui a esta Assembleia Municipal, porque vamos ser o primeiro município a apresentar essa candidatura no âmbito do *"PRR - Plano de Recuperação e Resiliência"* porque a temos já gizada.

Sr. Presidente, peço desculpa não consigo ir a jogo a todas as questões, creio que iremos ter oportunidade de conhecer melhor o documento, conhecer melhor o território, conhecer melhor as opções, que há obviamente muito trabalho a fazer, nós temos consciência disso. Tomaremos em boa nota todas as questões que tenham que ser melhoradas e podem contar connosco para as fazer constar nas nossas opções politicas, nas nossas opções de desenvolvimento e com expressão orçamental e esperemos que em março e em abril, vamos ter certamente dois momentos que possamos ver depois o documento a cinco anos com a tal visão estratégica e já com alguns exemplos específicos que como no nosso território temos que voltar sempre a outros assuntos que nunca estarão resolvidos na medida em que a dinâmica, a pressão que existe sobre ele, farão deste território um território de futuro, um território com visão estratégica de sustentabilidade ambiental, mas também na linha da frente com aquilo que há na inovação e desenvolvimento, na modernização, nos desafios do século XXI, mas que hoje a nossa principal preocupação e já era tarde, são de facto as matérias ambientais que têm que estar presentes em todas as nossas medidas seja no capitulo da infraestruturação, seja no capitulo da rede viária, seja noutros aspetos há muito trabalho a fazer e as nossas Opções do Plano vão dar conta desses objetivos para os próximos anos.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com doze votos a favor da CDU e catorze abstenções (nove do PS, quatro do MCCP e um BE) e seis votos contra (três do PPD/PSD e dois do CH).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto três da Ordem de trabalhos.

Sr. Presidente se faz favor."

PONTO TRÊS – Mapa de Pessoal para o ano de 2022 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se de um documento instrumento previsional, com vigência temporal anual, que representa e incorpora a previsão dos postos de trabalho considerados necessários ao cumprimento/prossecução dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais, atentas as respetivas atribuições e competências, à data atual.

Esta proposta para dois mil e vinte e dois inclui um total de mil cento e sessenta e um postos de trabalho, dos quais novecentos e quarenta e três se encontram ocupados e duzentas e duas vagas - alguns destes (sessenta e dois) cativos para salvaguarda de provimento nas respetivas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, atualmente em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades públicas.

Os postos efetivamente vagos, em conjugação com os dezoito postos de trabalho a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetuar no âmbito de procedimentos concursais alguns deles a tramitar e outros a desencadear, ou com recurso ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço existentes e outras que se antecipam face à eminente transferência de competências da administração central para o município, com acréscimo e complexidade de responsabilidades, por forma a permitir mitigar a falta de capital humano em áreas técnicas e também operacionais. Sendo que nesta área dos operacionais em função do modelo de transferência para as freguesias no âmbito das futuras chamadas competências próprias poderemos vir a ter também aqui a saída de alguns trabalhadores sobretudo nas áreas operacionais para essas freguesias.

Salienta-se que, durante o ano de dois mil e vinte e um, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de vinte e oito trabalhadoras/es, bem como duas mobilidades intercategorias (Assistente Técnica e Encarregada Operacional), as quais, precedidas da concordância do/a respetivo/a trabalhador/a, tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público. Tal potenciou a otimização das competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/es.

Destaca-se, por seu turno, nos termos da LTFP, que a cada carreira/categoria profissional, constante no mapa de pessoal, deverá corresponder um conteúdo funcional, com descrição das funções e atividades chave segundo as múltiplas áreas de trabalho existentes, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas.

Tal densificação e explicitação de conteúdos funcionais torna-se premente, a partir de janeiro de dois mil e nove, face ao novo paradigma de regime de Vínculos e Carreiras que aprovou a extinção e fusão de mais de mil e setecentas carreiras gerais da administração pública, tendo as/os respetivas/os trabalhadoras/es transitado para três carreiras do regime geral: técnico superior, assistente técnico e assistente operacional, as quais não incorporam qualquer adjetivação ou discriminação de profissões (ex. área de jardinagem, canalização, pedreiro). Os respetivos conteúdos funcionais encontram-se descritos de forma muito genérica,

sem especificação de áreas funcionais, no anexo I da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que sucedeu à referida Lei nº 12-A/2008.

De acordo com a legislação aqui aduzida, a caraterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho, por forma a concretizar com maior precisão as principais tarefas e funções exigíveis, com correspondência às atribuições e competências da respetiva unidade orgânica deverá constar em regulamento interno. No município tal regulamento encontra-se em vigor desde um de janeiro de dois mil e doze, tendo sido objeto de revisão no ano transato.

Entretanto face a vicissitudes que operaram acertos/correções a regulamentos da estrutura orgânica municipal, aliada à emergência de novas atribuições e competências para os municípios, de acordo com normas legais habilitantes, e, ainda, tendo por base o levantamento das necessidades de recursos humanos e a gestão previsional dos postos de trabalho a constar no mapa de pessoal para dois mil e vinte e dois, considera-se pertinente proceder novamente à revisão daquele regulamento, no sentido de atualizar o arquétipo de funções de novos postos de trabalho e adequar ao novo modelo de organização dos serviços municipais.

Para efeito de reconhecimento à atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, a trabalhadoras/es integradas/os na carreira de assistente operacional, a necessidade de o mapa de pessoal conter a caraterização dos postos de trabalho das áreas funcionais elegíveis para o efeito, concretamente:

Recolha e tratamento de resíduos;

Tratamento de efluentes;

Higiene urbana;

Saneamento;

Procedimentos de inumações, exumações;

Transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas;

Limpeza de canis e recolha de cadáveres animais;

Asfaltamento de rodovias, com área de afetação às Divisões de Águas (DA), Infraestruturas e Espaço Público (DIVEP) e Serviços Urbanos (DSU).

Convém aqui recordar que o regime de atribuição do suplemento que estava consagrado no orçamento de estado de dois mil e vinte e um, a Câmara foi dos primeiros municípios do país logo a incorporar e a aprovar por unanimidade o conhecimento de tal direito relativamente a todas as áreas passiveis de atribuição de subsídio com o nível elevado, quatro noventa e nove/dia, em reunião realizada em dezassete de março deste ano com retroação de efeitos a janeiro do ano em curso. Tal permitiu abranger para terem uma ideia, mensalmente cerca de cem trabalhadoras com um encargo orçamental de despesas executada anual com o valor aproximado previsível de cento e dez mil euros. Entretanto o novo diploma legal que entrará em janeiro de dois mil e vinte e dois, felizmente foi aprovado pelo mérito de estabilizar de forma perene o tal regime geral não deixando à merce das aprovações do orçamento ou reprovações do orçamento, a aplicação deste suplemento de penosidade e salubridade e também permitiu inserir o asfaltamento de rodovias, limpezas de canis e arranjos de sepulturas que não estavam no início.

Nesta matéria do Mapa de Pessoal, para além de estudarmos as questões de necessidades prementes na organização, e os nossos dirigentes obviamente pedir não custa pedem tudo aquilo que podem e o que não podem, mas de facto fizemos um estudo daquilo que é essencial e tivemos também a preocupação como é habitual nesta matéria de ouvir as organizações representativas das trabalhadoras/as e obviamente os nossos dirigentes foram ouvidos para receber por um lado as necessidades e a caraterização possível e fidedigna dados os postos de trabalho com a identificação das respetivas atribuições, funções e atividades.

Como sabeis o Mapa de Pessoal tem expressão no orçamento e nós temos que ter um mapa condizente com aquilo que o orçamento pode cobrir em matéria de despesas de pessoal e, portanto, admitimos que o mapa tem que ser revisto quando recebermos trabalhadores de outras estruturas no âmbito da transferência de

competências, mas para já pensamos que este é o mapa que responde às necessidades do arranque do ano e do mandato e reservo-me para outras questões que entendam colocar.

Disse"

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente."

Vamos para o período de discussão, quem quer intervir sobre esta proposta?

Tomás Barão, do Bloco de Esquerda."

O **Sr. Tomás Barão do BE:**

"Sr. Presidente o Bloco de Esquerda não tem nada obviamente a apontar em relação à gestão interna do seu executivo faz dos suas trabalhadoras/es, mas há aqui uma questão que é comum tanto ao meu partido como ao seu e que nos importa muito descortinar e que poderá estar é tangencial peço desculpa, poderá estar fora deste documento mas eu acho que é importante revelar aqui e gostaria que nos fizesse um retrato de situações, vínculos laborais dos seus trabalhadores se há e quantas pessoas há na Câmara de Palmela a trabalhar a tempo inteiro, com vinculo precário nomeadamente recibo verde que não deveria ser, ou outras formas de precaridade para sairmos daqui tranquilos ou não."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Paulo Santos, Partido Socialista."

O **Sr. Paulo Santos do PS:**

"Boa noite Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. funcionários da autarquia e demais presentes e a quem nos assiste online.

Os mapas disponibilizados são descritivos e permitem uma leitura abrangente do trabalho da autarquia e a sua distribuição, contudo uma primeira questão que nos preocupa é da existência de duzentos e dois postos de trabalho vagos, sendo que cento e quarenta são não cativos e sessenta e dois são cativos, prevendo-se a criação de dezoito e a extinção de dois, números que nos deixam a dúvida da sua subciência atendendo ao número populacional e a dimensão do território caracterizam este concelho.

A segunda questão que nos preocupa prende-se com a atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de porosidade e salubridade a trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional, resultando da proposta e cujas áreas funcionais aí se encontram descritas na sua página quatro.

Verificamos que nem todas as áreas se encontram contempladas, nomeadamente com os trabalhadores dos espaços verdes uma vez que é evidente que os mesmos se encontram abrangidos pelos requisitos que estão na base para a atribuição do referido suplemento remuneratório tendo em conta que nas suas funções têm que trabalhar com elementos de risco, tais como os herbicidas, corte de ramos, limpeza de dejetos mas como resulta do preâmbulo do Decreto-lei nº 93/2021 de nove de novembro, as condições de trabalho tornam-se penosas quando exigem uma subcarga física ou psíquica e são insalubres quando as condições ambientais ou os meios utilizados no exercício da própria atividade podem ser nocivos para a saúde do trabalhador e apesar de no seu artigo segundo os espaços verdes não constarem o número dois do artigo terceiro salvo melhor entendimento poderá abrir uma janela para que a autarquia defina quais as funções profissionais que efetivamente preenchem os requisitos penosidade e salubridade.

Ora assim sendo consideramos que nessa medida, haverá certamente um desconforto entre os trabalhadores que têm uma mesma categoria, mas não são abrangidos pelo suplemento remuneratório e nessa medida a nossa intenção será a da abstenção.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Não tomei nota se há mais alguma intervenção sobre este ponto, não?

Não havendo, Sr. Presidente há duas perguntas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Primeira questão, taxativamente não tem trabalhadores precários, os únicos prestadores de serviços que temos são no âmbito de contratos de avença, não tem nada que ver para funções muito específicas que não temos na Câmara, no mapa, enfermeiros, médico do trabalho, entre outros.

Relativamente à questão que o Sr. Membro do Partido Socialista acabou de colocar eu queria colocar qual é a posição do meu Partido sobre esta matéria, foi aliás bem debatida e com propostas muito concretas em sede de Assembleia da República, foi aceite pelo Partido Socialista essa proposta, mas ela foi de facto incompleta e insuficiente, tivemos um ano à espera da clarificação, mais vale tarde do que nunca, veio corrigir.

Nós o entendimento que temos jurídico ainda não encontramos enquadramento para poder beneficiar os trabalhadores desses setores com esse suplemento que é de porosidade e salubridade o risco não está fica de fora, mas assim que conhecermos outras práticas e outros procedimentos e se houver enquadramento legal para isso, garanto-lhe que teremos condições para implementar essa medida, mas não encontramos enquadramento para o efeito e também estranho que haja outras autarquias nomeadamente do Partido Socialista que ainda nem sequer o primeiro tenham aplicado, sejam autarquias de freguesia, sejam autarquias dos municípios, ou que não tenham ido tão longe quanto o nosso município porque por exemplo não foram para o nível elevado, estratificaram categorias com valores diferentes por dia e nós entendemos que isto era tão reclamado há tantos anos e por tantas categorias profissionais, procuramos ir ao máximo daquilo que a lei nos permite, se a lei nos permitir ir mais longe fica o compromisso de rapidamente de corrigirmos esta proposta."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor (doze da CDU e quatro do MCCP) e quinze abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto quatro e se calhar Sr. Presidente pedia-lhe que fizesse logo o ponto cinco, penso que conseguimos fazer."

PONTO QUATRO – Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias do concelho de Palmela

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Estes Contratos Interadministrativos, depois de estar aqui o histórico que refere o que tem sido a pratica do município ao longo dos últimos anos e mandatos sobre esta matéria houve contratos que estiveram em vigência durante o mandato autárquico dois mil e treze a dois mil e dezassete, tendo sido renovados e atualizados no mandato de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um.

Ao iniciar-se o mandato autárquico dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco e tendo em conta a necessidade de aplicação da Lei 50/2018, que aprova um quadro de novas competências para os órgãos das freguesias, foi consensualizada, entre a Câmara Municipal e os órgãos de freguesia do concelho, a necessidade de formular novos Contratos Interadministrativos sobre as mesmas competências, melhorando a redação dos anteriores, revendo as áreas de intervenção e atualizando as verbas a transferir.

Assim, propõe-se que ao abrigo da legislação aqui aduzida, a Assembleia possa aprovar a Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias do concelho de Palmela que abaixo se identificam.

Na prática, temos depois descriminado com cada uma das juntas de freguesia quais são os contratos, temos aqui matérias que terão que continuar no futuro com Contrato Interadministrativos, outras que passaram para transferências próprias como é o caso da limpeza etc., mas estes são os contratos que vão vigorar até esta outra transferência de competências para as freguesias.

Como referi foram revistos valores, quilómetros, áreas de trabalho provisional a fazer, estes contratos têm o mérito já há muitos anos terem sempre uma cláusula que permite que a avaliação e acertos a negociar entre as juntas de freguesia e as câmaras. No fundamental acrescentaria só, com estas atualizações de valores nos espaços desportivos descobertos, jogo e recreio municipais e outros temos aqui um aumento relativamente aos que estavam em vigor no mandato anterior de setenta e nove mil duzentos e cinquenta e sete euros, uma percentagem de aumento global de dezanove, treze porcento, não quer dizer que na limpeza e noutros venha a ser estes valores que há-de ser muito superior, mas isso há-de ser quando as competências forem em definitivo para as freguesias."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto cinco."

PONTO CINCO – Acordos de Execução e Contrato Interadministrativos estabelecidos com as Juntas de Freguesia e a União das Freguesias – Prorrogação

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Relativamente ao ponto cinco há a necessidade de prorrogar para que não haja interrupção nesta prática, os acordos de execução que aliás depois desapareceram e os Contratos Interadministrativos que foram estabelecidos com as nossas Juntas e União de freguesias o que se propõe é que dado que a lei permite a hipótese de prorrogação até que as competências sejam transferidas no âmbito do novo enquadramento legal em vigor, é que também a Assembleia delibere no sentido de aprovar a prorrogação da vigência do Contrato Interadministrativos e Acordos de Execução abaixo identificados.

Estão aqui também na Junta de Palmela, escolas do 1º ciclo, conservação de mobiliário urbano, enfim não vou estar a ler a proposta que V. Exas. têm de referir que todos estes aspetos foram conversados, debatidos, negociados e aferidos com as nossas Juntas de Freguesia e que este é o modelo que permite continuar a dar consecução ao trabalho que as nossas Juntas de Freguesias bem executam até termos outro quadro de transferências."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, muito obrigado."

Ficamos então pelo ponto quatro, intervenções?

Carlos Jorge Almeida da CDU."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Naturalmente esta intervenção creio que contarei com a complacência do Sr. Presidente e dos membros da Assembleia abrangerá os dois Pontos o quatro e o cinco e obviamente restringe-se à apreciação que as juntas de freguesias e a união de freguesias da CDU, fazem sobre esta matéria e porque a hora vai adiantada e para não ocupar muito do vosso tempo, dizemos que na nossa perspetiva as duas propostas que têm esta ligação umbilical que o Sr. Presidente já explicou estão a ser submetidas agora à nossa apreciação, cumprem integralmente aqueles que são os princípios, os requisitos para que apontam o Regime Jurídico das Autarquias Locais, nomeadamente o principio da igualdade, porque os critérios colocados para cada um dos vários itens que ma abstenho aqui de particularizar, mas onde entram questões de valores, questões de quilómetros, questões de áreas, são os mesmos para cada uma das autarquias só obviamente diferindo na dimensão que cada um dos critérios assume em função da idiossincrasia de cada território, que obedece também ao principio da não descriminação, aliás na senda do principio anterior, porque não há qualquer descriminação entre as autarquias outorgantes relativamente aos critérios base para o calculo em cada uma delas, das transferências do plano financeiro obedece ao principio da estabilidade, porque estes contratos mantêm naturalmente com a sua prorrogação uma vinculação, um entendimento comum entre o município e as freguesias que até podemos dizer tem sido objeto sucessivamente de aumento como o Sr. Presidente já mencionou e portanto vão sendo atualizadas a medida das necessidades.

Por outro lado, obedece ao principio da prossecução do interesse público cada um destes contratos, porque se referem obviamente, não apenas a uma ideia teórica da subsidiariedade, mas têm em conta um respaldo no terreno, na resolução dos problemas dos cidadãos, dos nossos munícipes, também obviamente isso é por eles experienciado e transmitido, tem a ver com o respeito do principio da continuidade do serviço público, aliás as duas propostas vão nesse sentido e não carecem mais de encómios por outro lado também o principio da necessidade e subciência de recursos, sendo justo afirmar aqui, que para além daquilo que está outorgado e estabelecido, há também toda a disponibilidade que nos é manifestada pelo executivo com quem tivemos oportunidade nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara de abordar estas matérias, de poder considerá-las, analisá-las, verificá-las ao longo do tempo e de as sujeitar a um crivo também da aplicação à realidade concreta.

São estas em suma, obviamente aquelas questões que parecem relevantes, não ocupando muito o vosso tempo, mas transmitindo aquilo que é fundamental para nós e que traduz a vinculação além e aos princípios fundamentais que aí estão estabelecidos para as relações contratuais Interadministrativos entre o município e as freguesias.

Muito obrigado Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Almeida.

Jorge Mares, Partido Socialista."

O **Sr. Jorge Mares do PS:**

"De facto isto é um tema atual a descentralização e é um tema caro ao Partido Socialista também, naturalmente nós e a junta de Palmela, tem participado também nas conversações com o Sr. Presidente da Câmara e está satisfeita naturalmente com o resultado deste processo, é um processo transparente é um

processo que visa dotar as freguesias de meios e condições para prosseguir porque há aqui duas propostas destintas, uma é para continuar com aquelas competências que não são abrangidas pela aplicação da lei das novas competências e a outra é efetivamente dar às juntas de freguesia a possibilidade de ir até à aplicação da lei, durante este ano para que efetivamente possamos todos ter a certeza de que cumprimos a legislação.

A junta de Freguesia de Palmela está de facto satisfeita como digo e iremos votar a favor como é obvio, este é um trabalho que tem que haver articulação, tem que haver bom entendimento, tem que haver compreensão de facto daquilo que está em cima da mesa e está em jogo e naturalmente que queremos que assim continue, porque isto é uma experiência muito gratificante, esta experiência não é de hoje é uma experiencia que já vem de trás e a Câmara de Palmela e as juntas de freguesias, as nossas juntas de Freguesia do concelho merecem porque têm estado ao longo destes anos com este trabalho e naquilo que me diz respeito a Palmela, posso-vos dizer e ouvindo também a opinião do Sr. Presidente da Câmara que o resultado é francamente positivo deste trabalho ao fim de um mandato valeu a pena, vale a pena trabalharmos todos nesta proximidade e na descentralização, porque o caminho é esse, o caminho do futuro é efetivamente a descentralização de competências para dar mais autonomia ao Poder Local, para garantir aqui uma melhor democracia local e um reforço mais forte ainda que o Poder Local merece e precisa para nos aproximarmos mais daquilo que é as necessidades das populações e que isso se traduza efetivamente em bons resultados para as populações do concelho de Palmela, é isso que tem acontecido e é isso que vai acontecer com certeza.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Jorge Mares.

Não havendo mais intervenções votamos, ponto quatro - Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias do concelho de Palmela."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e um do BE) e duas Abstenções do CH.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto seis Sr. Presidente de Câmara"

PONTO SEIS – Contrato-Programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

A politica municipal de gestão dos seus equipamentos desportivos tem sido concretizado através de um conjunto de programas com fins educativos, desportivos e sociais de modo a possibilitar a um maior número de pessoas, de instituições educativas, desportivas e sociais em especial acho que se situam em território do concelho a utilização dos quatros equipamentos desportivos municipais sobre a gestão da Palmela Desporto, Empresa Municipal, a saber: Piscinas de Palmela e Pinhal Novo, campo de jogos de Palmela, Pavilhão Desportivo de Pinhal Novo e consequentemente aumentar o número de praticantes desportivos e de exercícios, estilos de vida saudável elevando o nível desportivo no concelho.

Estas funções sociais prometidas à Palmela Desporto, têm como consequência, custos que justificam comparticipação financeira do município a título de indeminização compensatória ou subsidio à exploração.

Os resultados alcançados plasmados nos inúmeros relatórios e estudos produzidos, são claros quanto à evolução verificada e quanto à pertinência de continuidade deste modelo de desenvolvimento quer em termos financeiros, quer em termos sociais, e de capacidade de antecipar respostas que correspondam às necessidades e aspirações individuais ou coletivas e justificam inequivocamente a comparticipação financeira do município a título de indeminização compensatória.

As experiencias de funcionamento desta pareceria merecem avaliação bastante positiva de ambas as partes, sendo que para a Palmela Desporto, continua a planificar de forma estruturada a sua intervenção com essa concretização de um contrato plurianual com a vigência até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três.

Neste contrato o objeto é claro, no fundamento e na missão fala-se em cinco equipamentos desportivos, sobre a sua gestão no atual contrato, já passarei a explicar até porque passam de cincos centros de custos que eram os quatro equipamentos mais a estrutura central de gestão passa para seis na medida em que a Palmela Desporto não aumentando o subsídio à exploração que vigorou nos últimos dois anos, vai ter mais um equipamento nomeadamente o Pavilhão que resulta da requalificação do Polidesportivo de Poceirão.

Para além deste aspeto, gostaria de referir também que a justificação para os subsídios, tem que ver com o trabalho meritório que tem sido feito no aumento de utilizadores, do número de modalidades, de oferta de um conjunto de serviços, também na área da saúde que vão desde a hidroterapia à própria fisioterapia, a criação de uma escola de natação de competição coisa que estaria vedada por exemplo a um município, a própria escola de triatlo recentemente, com equipas de competição e também com grande projeção já regional e nacional, e de facto associado a isto há também a opção por uma politica de preços definidos e daí aprovada pelo município que concede descontos aos munícipes, a entidades associativas com fins lucrativos com sede no concelho contempla protocolos com escolas com rede publica 2º e 3º ciclos, o próprio ensino secundário e outros protocolos com associações de Bombeiros, instituições particulares de solidariedade social, movimento associativo, das autarquias e tecido empresarial local.

No primeiro ciclo a Palmela Desporto, garante também o programa "Aprender a Nadar", uma parte do programa curricular das expressões e um numero significativo de alunos deste ciclo de escolaridade beneficiam, também a realização da "Festa do Desporto e da Saúde" em pareceria com agentes locais vocacionados para as áreas do desporto e atividade física e saúde. Passa a integrar também aqui a cedência, utilização gratuita de uma sala no Pavilhão Desportivo Municipal para instalação de serviços municipais, também quinze horas anuais do campo de jogos de Palmela, trinta horas anuais do Pavilhão Desportivo Municipal, para iniciativas diversas promovidas pelo município e/ou parcerias, 25 de Abril, Dia do Bombeiro, Dia da Criança, Aprender a Jogar, etc. isto para além dos contratos programas com os clubes e associações que é também um bolo de horas significativo, portanto o calculo, para a definição do montante está depois explanado nos respetivos anexos há aqui esta novidade sem aumentar o subsidio à exploração, está aqui um conjunto de medição dos objetivos setoriais com aquilo que se pensa atingir com as várias atividades e algumas nem estão aqui descritas, há também atletas individuais de alta competição, por aí fora.

Diria ainda o seguinte porque às vezes fala-se nos valores, fazendo assim alguns soundbites**,** mas não se tem a noção daquilo que é o orçamento global da Palmela Desporto e também do facto de dois anos difíceis de pandemia, sem que a empresa pode-se ter acesso ao layoff simplificado, obviamente que teve que haver o reforço do subsidio à exploração, mas ainda assim é interessante conseguir-se a recuperação, conseguir-se ter nestes últimos anos já ininterruptamente, sempre resultados positivos que não são muito significativos, mas vai dando para ações de conservação dos equipamentos dado que os grandes investimentos esse compete à Câmara fazer, no âmbito do contrato de comodato.

Mas era bom ter-se então em consideração que o valor do orçamento anual da palmela Desporto já se cifra num milhão setecentos e noventa mil euros e que o subsídio à exploração atinge hoje já, só, quarenta e três virgula cinquenta e oito porcento e, portanto, tem vindo curiosamente apesar das dificuldades a reduzir sendo que o orçamento tem crescido substancialmente pelas razões que conheceis."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Sobre esta proposta quem quer intervir?

Patrícia Valente, Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Valente do PS:**

"Muito obrigada.

Em relação a este ponto queremos apenas frisar a importância da diversidade, diversidade, diversidade, criatividade nas atividades que a empresa dinamiza de modo a que a empresa seja autossustentável e rentável não no sentido de obter lucro, mas no sentido de conseguir gerir-se contando com a indeminização compensatória, mas não como única fonte de rendimento para que a empresa possa sobreviver e tem-se verificado um aumento deste rendimento.

A partir de uma curta análise dos meios online que divulgam os serviços feitos por esta empresa, facilmente entendemos que por exemplo o plano de comunicação utilizado pela empresa não é muito consistente nos meios online, nós temos sempre que referir a importância da divulgação do marketing estratégico, é necessário exigir uma divulgação ativa, estrategicamente pensada nos locais certos para que também consiga atrair mais clientes e massificar o acesso às atividades como aliás está escrito no documento e assim conseguir mais clientes para o desporto, conseguir obter mais receita, mas claro destacar mais uma vez a importância da diversidade nas atividades praticadas pela empresa uma vez que o desporto não gera receita suficiente para que a empresa consiga ser mais independente.

O documento em si, não é muito claro, não é coeso dá o objetivo de alcançar mil duzentos e cinquenta e cinco clientes inscritos em alguns dos meses entre um de janeiro de dois mil e vinte e dois e trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três. Quer dizer, este objetivo é muito vago, não demostra ambição, não demonstra um planeamento de objetivos concreto e com o plano de divulgação certo, com objetivos mais concretos mais coesos e a dar razões às pessoas para utilizarem este serviço, dar-lhes também a conhecer este serviço e as suas vantagens, mostrar também valores atrativos, mostrar qualidade e efetivamente tê-la é sermos ambiciosos e ter em conta que esta empresa não pode depender do frequente aumento do subsidio para funcionar por si só e para investir no seu crescimento, ser a única fonte de rendimento para a sobrevivência desta empresa

Logo o Partido Socialista, defende que é urgente diversificar nas atividades, diversificar nos serviços prestados pela empresa que possa haver um desenvolvimento e também uma quebra neste círculo que se tem vindo a acontecer já há algum tempo. Esta situação deve de ser estudada, alterada pois não havendo uma evolução e uma quebra deste círculo, o Partido Socialista não considera vantajoso para a população a celebração deste contrato entre o município e entre esta empresa.

Mais uma vez, para terminar é necessário a diversidade na oferta para quebrar este círculo de dependência e para que não seja necessário continuar sempre aumentar o subsídio.

O PS irá abster-se neste ponto."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tomás Barão, Bloco de Esquerda."

O **Sr. Tomás Barão do BE:**

"Sr. Presidente o Bloco de Esquerda não pode votar contra esta proposta porque compreende que como as coisas estão é preciso que a Palmela Desporto continue a sua atividade, no entanto também não podemos votar a favor, porque nos faz muita confusão, sempre fez e continua a fazer que uma autarquia tenha trabalhadores que uma autarquia qualquer tenha trabalhadores que sejam da autarquia e trabalhadores que são de outra coisa à parte faz-nos confusão porque é que estes trabalhadores não são da própria autarquia ao contrário de outras forças politicas aqui, não entendemos que o município seja gerido como uma empresa, são coisas muito diferentes daí a nossa abstenção."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não vejo mais intervenções, sim Sr. Presidente, já agora."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Registo com agrado aqui a preocupação em conhecer melhor a Palmela Desporto e as questões relacionadas com o plano de comunicação e de empresa e sobretudo, creio que quanto mais conversarmos sobre o assunto, lá chegaremos para se perceber o alcance e a importância da empresa e a forma como ela pode gerir melhor do que uma estrutura pesada como um município no momento quando é necessário tomar determinadas decisões e pode ir além do que o município pode fazer.

Eu já dei alguns exemplos como é o caso de proporcionar aos praticantes que deixam de ser simples utilizadores quando querem ir para um plano competitivo manteve-se equipas de natação de competição, isso tem custos e é também um serviço público.

Diversificação das fontes de financiamento, a empresa só pode diversificar mais a atividade se tiver mais equipamentos e é isso que nós estamos a fazer, por mais equipamentos ao seu dispor para diversificar. Estou-me a referir ao Padell e outras questões tem que ver com aquilo que nós pretendemos introduzir seja no objeto da Palmela Desporto, alterando, ampliando, ou seja através de outros protocolos de cedência de espaço publico, etc. são as questões da mobilidade, da micro mobilidade falamos ainda á pouco das bicicletas partilhadas, achamos que é algo que pode também acrescentar e poder criar alguma receita para a Palmela Desporto e ser também bem gerido e portanto na prática trata-se também de delegar competências numa estrutura que é mais ágil é isso que se faz com uma empresa municipal.

Já agora relativamente aos trabalhadores, devo dizer que os trabalhadores da Palmela Desporto estão satisfeitos por estarem na Palmela Desporto porque ganham melhor do que ganham no município, porque têm conhecido outras vantagens através das suas lutas, através da negociação do seu contrato, porque o enquadramento legal o permite, portanto, as nossas preocupações com os trabalhadores também deixá-los escolher, a internalização era muito complexa não só a Palmela Desporto, enfim desapareceria, mas o município conseguiria fazer as mesmas atividades, todas aquelas que são feitas hoje e naturalmente haveria algumas perdas para os trabalhadores que até nem podiam ser todos integrados no município.

Dizer-vos que é um desafio importante, que esta empresa ao contrario de centenas no país foram extintas desde dois mil e treze até à presente data por questões de objetivos cumpridos de sucessivos resultados negativos, ou por outras coisas porque também, mais não serviam para distribuir cargos, também devo dize-lo com toda a frontalidade, esta é uma empresa neste município à semelhança de outros pontos do país e até de opções politicas distintas do ponto de vista partidário têm nesta área justificado a sua existência, porque eu também do ponto de vista politico ou partidário eu não sou adepto de criação de empresas municipais para gerir questões de atração de investimento, para gerir equipamentos culturais, sou contra uma questão de principio mas esta foi criada com boa intenção e contra ventos e marés tem feito caminho e acho que agora haverá oportunidade com novos equipamentos, alargando um bocadinho também o seu objeto de torná-la progressivamente mais sustentável, ter outras fontes de receita e investir nos equipamentos e na promoção do desporto, saúde e lazer para a população em articulação com os agentes associativos e sociais do território.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Votamos então."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor (doze da CDU e quatro do MCCP) e quinze abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto sete, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO SETE – Revogação do Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal (PP) e Declaração de Caducidade do Regulamento do Fundo de Compensação do Plano de Pormenor

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) prevê que a revogação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território ocorra "sempre que a Avaliação da evolução das condições ambientais, económicas e sociais e culturais assim o determine" seguindo, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos para a sua aprovação e publicação.

A revogação do Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal torna-se necessária por forma a permitir não só a intervenção à escala do edificado existente (renovação/ ampliação/ legalização/ alteração de uso, etc.) como também facilitar a dinâmica urbanística da área que tem sido reduzida pela obrigatoriedade de associação dos proprietários, voltando a vigorar as regras do Plano Diretor Municipal.

Com a revogação do PP fica obsoleto o Regulamento do Fundo de Compensação do Plano de Pormenor, por ausência da matéria que se propunha regulamentar.

Posto isto, no âmbito da legislação aqui aduzida, propõe-se que a Assembleia Municipal, possa deliberar e aprovar a Revogação o Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal, nos termos previstos na legislação e a proposta de declaração de caducidade do Regulamento do Fundo de Compensação do Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal, conforme previsto também no n.º 2 do artigo 145º do CPA, por consequência da revogação do objeto que regulamenta.

Comecei pelo final e assim reduzi, mas na prática o Plano de Pormenor foi feito com uma excelente intenção que era criar um desenho urbano a uma escala mais baixa do que o Plano Diretor que favorecia melhor a morfologia urbana do local e da cidade naquele local, mas efetivamente as regras criadas que partiram do suposto da Associação dos Proprietários de muito difícil entendimento para a generalidade dos proprietários a não ser para os grandes investidores.

O Plano não teve dinâmica, as intenções de investimento que há no local não são compagináveis com as unidades de execução que estão lá desenhadas e, portanto, há hoje outras regras no Plano Diretor atual e naquilo que vigorará depois no próximo Plano Diretor que ajudaram ao respeito de outras unidades de execução, mas que deixam com esta revogação de obstaculizar ao investimento e a reabilitação e a algumas mudanças que se querem naquele local e portanto é este o motivo e toda a transparência porque achamos que vale a pena revogar sem estar à espera do próximo Plano Diretor para tornar o investimento mais célere, mais ágil e mais consequente.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos?

Carlos Vitorino do PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Sr. Presidente era apenas um pequeno esclarecimento obviamente que votaremos a favor pelas razões aduzidas, mas aqui estamos a falar da Rua Marquês de Pombal do Pinhal Novo é aquilo que eu calculava, mas como temos aqui, uma perto em Palmela, temos uma nos Olhos de Água, como aqui não vinha era só um esclarecimento.

Obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Obrigado, esclarecimento feito.

Podemos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Relativamente ao ponto oito e ao ponto nove, peço a intervenção dos serviços"

PONTO OITO – Indicação dos representantes das juntas de freguesia na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Incêndios Rurais

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Nos termos do disposto na alínea b), do ponto 3, do artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e determina a criação das Comissões Municipais de Gestão Integrada de Incêndios Rurais, as referidas comissões integram até dois presidentes de junta de freguesia do concelho, assim propõe-se:

- Jorge Manuel Cândido Mares, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela.

- Cecília Maria Cordeiro de Sousa Presidente da União de Freguesias de Poceirão e Marateca.

<u>Distribuição dos votos</u>

Enquanto se distribui os votos, fazer uma breve nota sobre as duas indicações, como sabem foi combinado já com todos os líderes de bancada, aparentemente no dia doze de janeiro teremos uma reunião e depois veremos quais são os moldes, para tentarmos fazer uma Assembleia no inicio de fevereiro para que possamos distribuir tudo aquilo que são representações da Assembleia Municipal nos diferentes órgãos, veremos isso a titulo excecional a titulo extraordinário em principio de fevereiro. O que está agendado para conferência de líderes é dia doze de janeiro, reunirmos e veremos se presencialmente ou à distância e depois fazer a Assembleia Municipal, penso que fazer antes das eleições legislativas penso que não será muito coerente, fá-lo-emos a três de fevereiro à partida depois se verá.

Dizer que para esta Comissão Municipal de Gestão Integrada de Incêndios Rurais, foi indicado um Membro do Partido Socialista e uma Sra. Presidente de Junta da CDU, e para o Conselho Municipal de Educação a CDU propôs um nome e o Partido Socialista não tem nada a opor a esse nome e, portanto, não apontou nenhum nome alternativo, só para fazer esta nota no sentido de como chegaram a estes nomes que são dos Presidentes de Junta nesta fase, não acontece nas fases subsequentes e portante tudo isso.

Podemos votar."

Eleitos, com trinta votos a favor e uma abstenção, como Representantes, o Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, Jorge Manuel Cândido Mares e a Presidente da União de Freguesias de Poceirão e Marateca, Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Distribui-se de seguida o documento para a Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela."

PONTO NOVE – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação de Palmela.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

De acordo com o disposto na alínea e), do nº 1, do artº 3º do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Palmela, propõe-se para o integrar, em representação das Juntas de Freguesia do concelho, um Presidente de Junta de Freguesia:

- António Manuel Caeiro Mestre, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo

Eleito, com vinte e oito votos a favor, dois contras e uma abstenção, como Representante da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, António Manuel Caeiro Mestre.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Resta-me agradecer a vossa presença, desejar-vos um excelente Natal e que em dois mil e vinte e dois, possamos continuar a reunir aqui ou num espaço onde consigamos ter a privacidade necessária e o afastamento possível e de preferência que não seja necessário o afastamento, mas como já andamos nisto há tanto tempo nunca se sabe o que é que acontece a seguir.

Agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a oferta da agenda para cada um dos Membros da Assembleia e a garrafa que lá está faz parte do orçamento que havia para a aquisição das mesmas por parte da Assembleia Municipal e, portanto, entendeu-se fazer isso.

Boas Festas a todos, muito obrigado."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e vinte e quarenta e seis minutos do dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata, que eu**, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e um dias de dezembro de dois mil e vinte e um.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa